

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

PAULA JUNQUEIRA BRAGA DO CARMO FONTANHA

QUEM SÃO OS SUJEITOS LGBT SEM TERRA? DIVERSIDADE SEXUAL E DE
GÊNERO NO MST

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2022

PAULA JUNQUEIRA BRAGA DO CARMO FONTANHA

Quem são os sujeitos LGBT Sem Terra? Diversidade sexual e de gênero no MST.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Erika Vanessa Moreira Santos

Campos dos Goytacazes

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BIF

F679q Fontanha, Paula Junqueira Braga do Carmo

Quem são os sujeitos LGBT Sem Terra? : Diversidade sexual e de gênero no MST / Paula Junqueira Braga do Carmo Fontanha ; Érika Vanessa Moreira Santos, orientadora. Campos dos Goytacazes, 2022.
96 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2022.

1. Território. 2. Sexualidade. 3. Lesbianidade. 4. Territorialidade. 5. Produção intelectual. I. Santos, Érika Vanessa Moreira, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

PAULA JUNQUEIRA BRAGA DO CARMO FONTANHA

Quem são os sujeitos LGBT Sem Terra? Diversidade
sexual e de gênero no MST.

Aprovada em 08 de fevereiro de 2022.

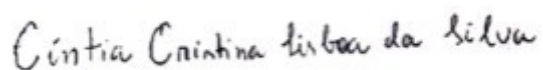
BANCA EXAMINADORA



Profa Dra Erika Vanessa Moreira Santos - UFF



Profa Dra Maria do Socorro Bezerra de Lima - UFF



Profa Me Cintia Cristina Lisboa da Silva – PPGG-UEPG

Campos dos Goytacazes
2022

Para todos os sujeitos LGBT Sem Terra

AGRADECIMENTOS

O percurso para conclusão de uma etapa envolve um processo. A trajetória percorrida até aqui é tomada por gratidão, pois mesmo sendo uma mulher lésbica, nunca estive sozinha.

Agradeço a minha orientadora, Erika Vanessa Moreira Santos, que me acolheu no desafio de romper com padrões hegemônicos ao pesquisar gênero e diversidade sexual na Geografia. Obrigada por ter acreditado em mim e me passado confiança para seguir pesquisando. Agradeço por toda orientação, incentivo, compreensão e percurso até aqui.

Agradeço a Universidade Federal Fluminense — Campos dos Goytacazes e o quadro de professoras e professores que me acompanharam até aqui, por terem colaborado para minha transformação na forma de olhar o mundo. Hoje vejo a geografia em tudo.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe, Norma Suely Junqueira Braga, por não ter medido esforços para possibilitar minha permanência na Universidade, além de ser minha maior incentivadora na vida. Minha gratidão é o amor.

Agradeço a minha namorada, por me ouvir nas inseguranças desse processo, por me apoiar e por estar ao meu lado frente a visibilidade LGBT e segurando minha mão nos momentos de invisibilidade.

Agradeço ao João Paulo Leandro de Almeida, pela orientação e paciência em me ajudar frente à produção metodológica das redes semânticas, pois foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço aos entrevistados do Coletivo LGBT Sem Terra pela disponibilidade de participação enquanto sujeitos da pesquisa.

Agradeço a todas pessoas LGBT por serem fonte de inspiração para liberdade de viver e amar.

A gratidão também é própria, por insistir, por acreditar que o desenvolvimento do debate da diversidade sexual e de gênero, é uma possibilidade de viver em um mundo melhor.

Assim como rompemos com as cercas dos latifúndios que concentram a terra, o poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar.

Coletivo LGBT Sem Terra

RESUMO

O debate da diversidade sexual e de gênero tem crescido no Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) através da formação do Coletivo LGBT Sem Terra enquanto frente representativa de sujeitos LGBT no Movimento. Objetiva-se, através do trabalho em questão, compreender a territorialidade de sujeitos LGBT enquanto agentes de luta no MST, enquanto forma de conquista de espaços-territórios frente a visibilidade LGBT atribuindo ênfase a identidade lésbica. Para tanto, fez-se necessário entender como se desenvolve o processo de territorialidade (L)GBT no MST, a compreensão da formação de microterritórios (L)GBT e a identificação e análise da LGBTfobia enquanto prática de invisibilidade social. A metodologia utilizada consiste na aplicação de entrevistas por meio da técnica bola de neve, a fim de compreender o processo de formação do Coletivo LGBT Sem Terra e a identidade dos sujeitos em questão, além de análise do documentário "LGBT Sem Terra: o amor faz revolução" enquanto marca comemorativa aos cinco anos de Coletivo; análise de conteúdo através das notícias LGBT Sem Terra do site oficial do MST e pesquisa de dados secundários. Todo o material selecionado e sistematizado permitiu a produção de uma rede semântica articulada em rede de grafos baseada nos conteúdos mais evidentes frente ao Coletivo. A discussão de gênero e sexualidade no MST, por meio do Coletivo LGBT Sem Terra, possibilita compreender que a territorialização de um grupo constituem-se identidades dissidentes enquanto expressões contra o sistema patriarcal-capitalista buscando alcançar transformações sociais que possibilitem o direito da liberdade de viver e amar.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; Territorialidade; Microterritórios; Lesbianilidade; Sexualidade

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT — Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

CPT — Comissão Pastoral da Terra

CUT — Central Única dos Trabalhadores

ILGA — Associação Internacional de Gays e Lésbicas

LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTI — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexuais

LGBTQIA+ — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais

MST — Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PT — Partido dos Trabalhadores

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Constituição interna do MST: Setores, Instrumentos bandeiras.....	26
Figura 2: Representação temporal do MST: contexto, formação e manifestação.....	27
Figura 3: Encontro das bandeiras do MST e LGBT.....	34
Figura 4: Publicações anuais LGBT Sem Terra a partir do site oficial do MST.....	35
Figura 5: Lesbofobia: perigo espacializado.....	38
Figura 6: Lesbofobia: perigo espacializado por região.....	39
Figura 7: MST Notícias LGBT Sem Terra 2015 a 2021.....	48
Figura 8: Rede semântica: Expressões das notícias do LGBT Sem Terra.....	50
Figura 9: Rede de Grafos LGBT Sem Terra.....	51
Figura 10: Rede de Grafos via Campesina-Gênero-Diversidade.....	53
Figura 11: Rede de grafos luta-resistência.....	55
Figura 12: Rede de grafos Mulheres-Lésbicas.....	60
Figura 13: Rede de Grafos LGBTfobia no campo.....	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A CONSTRUÇÃO DO MST E A FORMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL ATRAVÉS DO COLETIVO LGBT SEM TERRA.....	15
2.1	Movimentos Sociais: aspectos gerais.....	16
2.2	Movimento Social do Campo: MST.....	18
2.3	Território, territorialidade e MST.....	23
2.4	MST, Gênero e Sexualidade.....	30
2.5	Patriarcado, Machismo e Capitalismo: a expressão social da existência LGBT.....	36
2.6	Formação de Microterritórios: fração da identidade LGBT no MST.....	42
3	Território e territorialidade: entendendo relações (l)gbt no mst.....	45
3.1	Territorialização LGBT: cristalização da territorialidade do Coletivo LGBT Sem Terra	46
3.2	Espaço-território: análise de territorialidades lésbicas a partir do Coletivo LGBT Sem Terra.....	57
3.3	MST: “o sangue LGBT também é sangue Sem Terra”.....	63
4	LGBT SEM TERRA FORA DO ARMÁRIO: A EXPRESSÃO DA LGTBFOBIA.....	68
4.1	Identidades Plurais: diversidade sexual e identidades de gênero.....	68
4.2	LGBTfobia: controle da diversidade sexual e de gênero.....	71
4.3	LGBTfobia: a expressão do preconceito em dados no Brasil.....	75
4.4	LGBTfobia no MST: cercas que nos impedem de viver e amar.....	77
4.5	LGBT fora do Armário: “malditas sejam todas as cercas que nos privam de viver e de amar”.....	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se constitui em uma organização coletiva política e social presente em 24 estados brasileiro e territorializado nas 5 regiões do país, cujos os trabalhadores rurais engajados buscam a democratização da terra por meio da Reforma Agrária Popular, contra o capitalismo e por transformações sociais que assegurem direitos e políticas públicas perante a diversidade camponesa. Sendo o MST composto por uma pluralidade de sujeitos, faz-se necessário o desenvolvimento de frentes representativas que compreendam a identidade dos diversos sujeitos Sem Terra.

Nesse sentido, a partir da posicionalidade enquanto mulher lésbica, tem-se como ponto de partida a análise da diversidade sexual e de gênero no MST, através do Coletivo LGBT Sem Terra enquanto frente representativa da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Movimento. Desse modo, buscou-se compreender a territorialidade de sujeitos LGBT Sem Terra enquanto militantes do MST, a partir do ano de 2015 – oficialização do Coletivo no MST – a 2021, sob análise de militantes do Coletivo LGBT Sem Terra – Rio de Janeiro, além de identificar e compreender os microterritórios (L)GBT no MST, entender como ocorre a territorialidade (L)GBT no MST, articulando a identidade lésbica a partir do Movimento LGBT com a territorialidade e a constituição de microterritórios lésbicos e, por último, mas não menos importante, identificar e analisar a LGBTfobia¹ enquanto prática de invisibilidade social.

Nessa ótica, frente à raiz histórica de desigualdade galgada pelos indicadores sociais de gênero, raça e classe acentuados pela exploração do sistema capitalista e fundamentado na concentração fundiária no Brasil e no sistema patriarcal, foi necessário desenvolver a análise sobre sujeitos LGBT frente a luta pelo direito à terra perpassando o entendimento pelo direito à existência da diversidade sexual e de gênero, visto que corpos LGBT se produzem e reproduzem socialmente, estando inseridos na luta pela terra e pelo território. Nesse ínterim,

¹ Preconceito contra a diversidade sexual e de gênero contemplando lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis e quaisquer outras formas de orientações sexuais e identidades de gênero.

entende-se o corpo enquanto constituinte ao espaço, considerando que “cada parte do corpo se entende como um símbolo, uma matriz de comunicação entre os indivíduos” (ORNAT, 2008, p. 23). Nessa perspectiva, considera-se que a sexualidade e a identidade de gênero constituem corpos que se espacializam no espaço geográfico formando territórios e constituindo múltiplas territorialidades.

Dessa maneira, articula-se o território ao espaço considerando a perspectiva de Raffestin (1993) ao apontar o território e a territorialidade de forma multidimensional, tendo em conta que no espaço são constituídas relações de poder atreladas ao uso do território. Sendo assim, adotou-se o recorte a partir de sujeitos LGBT Sem Terra enquanto integrantes do Coletivo para desenvolvimento da análise da expressão da territorialidade LGBT a partir do MST.

Para tanto, foram adotados os procedimentos metodológicos desenvolvidos a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas, análise do documentário “LGBT Sem Terra: o amor faz revolução”, análise de dados secundários e análise de conteúdo culminando no desenvolvimento de uma rede semântica. As entrevistas foram realizadas a partir da técnica bola de neve, em que, a partir da primeira pessoa entrevistada, há a indicação das demais. As entrevistas aconteceram no período de setembro de 2021 a novembro de 2021, via sistema remoto, com uso de roteiro de entrevista semiestruturado adaptado a cada entrevista após aplicação do roteiro anterior, em que foram entrevistados três integrantes do Coletivo LGBT Sem Terra do Rio de Janeiro, sendo eles, *João Lucas*, *Penélope* e *Thais*.

Os entrevistados foram contatados por meio da técnica bola de neve, em que, através da aproximação com o MST, o primeiro contato em busca de indicações de militantes LGBT se deu através de uma liderança de assentamento em Campos dos Goytacazes, a partir de então, o líder indicou o contato da direção do MST – RJ que possibilitou o acesso ao militante *João Lucas – gay e integrante do Coletivo LGBT Sem Terra, RJ –*, que indicou para a sequência das entrevistas a *Penélope – lésbica e integrante do Coletivo LGBT Sem Terra, RJ –*, a qual sugeriu que a próxima entrevistada fosse *Thais – bissexual e integrante do Coletivo LGBT Sem Terra, RJ –*, dessa forma, formou-se o ciclo de entrevistas desenvolvidas com aporte do *WhatsApp* e do *Google Meet* para comunicação síncrona com os militantes.

A entrevista com o *João Lucas* perpassou a sondagem inicial e primeiro contato oficial com um integrante do Coletivo LGBT Sem Terra, o que acarretou na necessidade de adaptar o roteiro de entrevista para a segunda entrevista, *Penélope*, pois por ser uma mulher lésbica, a busca pela compreensão da identidade lésbica e da formação de territorialidades e microterritórios lésbicos estavam em análise a partir da entrevista. Na terceira entrevista, outra modificação ocorreu em virtude do desenvolvimento da pesquisa que buscava compreender mais especificamente a construção da territorialidade do Coletivo LGBT Sem Terra.

Além disso, foi recorrido a análise da produção do documentário “*LGBT Sem Terra: O amor faz revolução*”, como marca dos cinco anos de Coletivo, a fim de representar a expressão do Coletivo LGBT Sem Terra, sendo uma produção visual para compreensão da territorialidade LGBT no MST através da territorialização do Coletivo.

No âmbito da análise de dados, elucida-se a contribuição a partir do “Lesbocídios – As histórias que ninguém conta”, “Manual de Comunicação LGBTI+”, “Pesquisa Nacional por amostra da população LGBTI+: Identidade e perfil sociodemográfico”, “Grupo Gay da Bahia” e “Atlas da Violência”. Além disso, faz-se necessário apontar que há uma escassez de dados e materiais no âmbito da diversidade sexual e de gênero ao aproximar a relação para ciência geográfica, visto a histórica invisibilidade de sujeitos LGBT em detrimento do machismo e do patriarcado, além da recente iniciação geográfica no âmbito da sexualidade.

Em detrimento da análise de conteúdo, foram analisadas 70 reportagens acerca da temática LGBT Sem Terra a partir do *site* oficial do MST entre o período de 2015 a 2021 culminando no desenvolvimento de uma rede semântica desenvolvida sob três etapas a partir dos *softwares LibreOffice, OpenRefine e Gephi*, em que a etapa inicial consiste no levantamento de todos os títulos das reportagens em questão culminando na formação de uma tabela desenvolvida pelo *LibreOffice*, posteriormente utiliza-se o *OpenRefine* para separação das palavras-chave a partir da separação inicial a partir do *LibreOffice*, por fim, o produto gerado pelo *OpenRefine* é analisado pelo *Gephi* produzindo a rede semântica a partir dos dados anteriores.

Dessa maneira, o trabalho em questão encontra-se dividido em três capítulos, além desta nota introdutória, das considerações finais e referências bibliográficas. A discussão, a partir da primeira etapa do desenvolvimento do trabalho, consiste na compreensão da construção do MST e a formação da diversidade sexual galgada pelo Coletivo sob a ótica do gênero, da sexualidade, do território e da territorialidade enquanto formadores de microterritórios LGBT.

No segundo capítulo, destaca-se a ênfase no território e na territorialidade a partir da análise das entrevistas aplicadas e da análise de conteúdo a partir das notícias LGBT Sem Terra do MST, em que busca-se entender as relações LGBT no MST a partir da territorialidade de sujeitos LGBT Sem Terra frente a formação do Coletivo considerando o processo de territorialização enquanto a cristalização da territorialidade-identidade LGBT no MST.

Diante dos preconceitos vivenciados por sujeitos LGBT desencadeados pelo machismo e patriarcado, buscou-se, no terceiro capítulo, apontar a LGBTfobia enquanto prática de invisibilidade a partir da análise de dados secundários e das contribuições de sujeitos LGBT Sem Terra, considerando a LGBTfobia enquanto expressão da violência a corpos dissidentes.

Nesse sentido, através do estudo de gênero e sexualidade, buscou-se compreender a formação de microterritórios LGBT no MST a partir da oficialização do Coletivo LGBT Sem Terra, a territorialidade de sujeitos LGBT Sem Terra enquanto militantes organizados junto ao MST e a LGBTfobia como expressão do preconceito a sujeitos LGBT acentuados pelo machismo e pelo patriarcado culminando na necessidade de resistência pelo direito de viver e amar.

2 A CONSTRUÇÃO DO MST E A FORMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL ATRAVÉS DO COLETIVO LGBT SEM TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se constituiu no Brasil a partir do contexto de transformações sociais, políticas e econômicas marcadas pela década de 1980. Frente ao contexto político marcado pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização do país, essas mudanças marcaram as relações sociais em questão (re)introduzindo pautas progressistas através do debate por justiça social. A partir desse cenário, ocorreu a ascensão do debate da luta pela terra e pela diversidade sexual, trata-se, também, de um período marcado pela valorização da dimensão social no campo da Geografia.

À vista disso, propomos apresentar o contexto de construção do MST a partir das marcas da ditadura militar e a crescente pauta sobre diversidade sexual através do processo de construção do Coletivo LGBT Sem Terra – Coletivo constituinte do Movimento – através da identificação e compreensão de microterritórios LGBT no MST. Desse modo, o presente capítulo se encontra subdividido em seis partes a fim de articular o MST e o Coletivo.

No primeiro momento, a contextualização ocorre a partir da constituição teórica sobre Movimentos Sociais desde os anos 1960 considerando a formação através de grupos em prol de uma pauta comum. De modo subsequente, há o desenvolvimento da concepção de Movimentos Sociais a partir da ótica geográfica na leitura de movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Em complementaridade, na terceira parte, buscamos realizar a articulação teórica entre território e territorialidade a partir da construção do MST.

No âmbito da sexualidade, o trabalho encontra-se dividido no desenvolvimento sobre gênero e diversidade sexual através da formação do Coletivo LGBT Sem Terra, além de enfatizar a influência e o controle a partir do capitalismo, patriarcado e do machismo, que perpassa o desenvolvimento sobre a questão da desigualdade e da violência enquanto uma realidade social de sujeitos LGBT. A partir de então, são constituídos processos territoriais nas relações analisadas através de microterritórios LGBT no MST dotados de identidades plurais, culminando em um dos passos iniciais da transformação social, sendo esse, um dos objetivos comuns entre sujeitos LGBT e sujeitos Sem Terra.

2.1 Movimentos Sociais: aspectos gerais

Os movimentos sociais como categoria analítica se institucionalizam academicamente no Ocidente em 1960, conforme aponta Gohn; Bringel (2014). Nessa ótica, a formação de um movimento social busca representar o que não está consolidado na estrutura social, trata-se de uma organização questionadora que busca, luta e propõe novas formas e diferentes possibilidades para vida em sociedade. A organização envolta em um movimento, por sua vez, busca a mudança social. “Os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais” (GOHN; BRINGEL, 2014, p. 20). Entende-se, então, os movimentos de organização social enquanto resistência sob a perspectiva de surgimento a partir do questionamento de sujeitos sobre a sua existência e consequentes direitos na sociedade.

A partir dessa perspectiva, Pedon (2009) reforça que o estudo de Movimentos Sociais na Geografia perpassa a análise processual da sociedade e sua relação com o espaço, sendo então Movimentos compreendidos enquanto uma organização social expressa no espaço. Considerando o contexto de afirmação de Movimentos Sociais, Medeiros (1989) aponta que a partir dos anos 1960, com o avanço do ultraconservadorismo galgado pela ditadura militar em 1964, houve a intensificação de conflitos sociais e, por vez, há o início de uma organização por democracia, direito civil e, também, por Reforma Agrária Popular, enquanto força de justiça social a partir da redistribuição fundiária, visto que para o MST (2021), o caráter popular perpassa uma mudança estrutural no âmbito do acesso à terra considerando organização coletiva, relação com a natureza e modos de produção. Entende-se, nesse ponto, organização enquanto Movimento, visto que, conforme Gohn (2011), os Movimentos Sociais representam forças sociais organizadas produtoras de inovações socioculturais que rompem com adversidades culturais passadas, além de criarem identidades para sujeitos excluídos da normativa social vigente e, assim, há construção do sentimento de pertencimento em um grupo representativo.

Considerando o período histórico de transformações e a busca por democracia e direitos sociais presentes nos anos 1970, há um período marcado no desenvolvimento de movimentos sociais no Brasil, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pelo direito à terra, por uma Reforma Agrária Popular e por

transformações sociais, conforme apontado por Mariano; Paz (2018). Nas décadas de 1970 e 1980 em relação ao processo de construção de movimentos sociais, Gohn (2011), aponta a necessidade deste período por atuações de organizações coletivas, haja vista a contribuição dos Movimentos Sociais através de demandas e pressões organizadas no âmbito da conquista de direitos sociais fundamentais para leis da nova Constituição Federal de 1988. Pode-se mencionar, então, que a luta via Movimento Social busca uma mudança estrutural na sociedade contra a cultura colonizadora – patriarcal – a fim de fortalecer uma cultura plural e diversa que respeite a identidade individual e os deveres e direitos coletivos, sendo a luta social uma luta também simbólica em busca pelo livre direito de expressão à vida. Soma-se a tal, a contribuição de Alonso (2009, p. 61) ao advogar que

Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes, uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil.

Diante disso, a resistência de luta de um Movimento Social busca o reconhecimento de diferentes expressões de vida e de identidades ao considerar a pluralidade constituinte de um Movimento, em que agentes sociais por meio de ações coordenadas em um mesmo sentido asseguram uma ação coletiva em prol de garantias sociais a sujeitos contra hegemônicos, a exemplo dos Movimentos Feminista, Sem Terra e LGBT.

Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novos: não mais voltados para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. (ALONSO, 2009, p. 51)

Sendo então, Movimentos Sociais enquanto a expressão da relação social por meio de uma organização através do espaço, Sobreiro (2013) defende que Movimentos são agentes de transformação social e espacial, a partir dessa ótica, recorre-se a Pedon, Monteiro, Motter (2018) que alertam para as transformações sociais da década de 1980, ao apontar a lacuna até então existente entre produção epistemológica geográfica e movimentos sociais.

Nesse cenário, Fernandes (2005) em busca de preencher essa falta, contextualiza que a partir da década de 1990, os estudos científicos se intensificam a par das relações entre Movimentos Sociais e processos geográficos. Considera-se, nesse ponto, a relação entre espaço e território a fim de recorrer aos conceitos de movimento socioterritorial e movimento

socioespacial galgados sob a epistemologia geográfica. Fernandes (2005, p. 26) aponta que “o espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação”, tem-se o espaço, então, como ponto de partida das relações sociais e a partir da interação com o espaço há a formação do território. Nesse sentido, de acordo com Fernandes (2005), todo território é um espaço, mas nem todo espaço é território, visto que os territórios são formados a partir de relações sociais. A partir de tal ótica, todos os Movimentos são socioespaciais, mas nem todos são socioterritoriais (FERNANDES, 2005). Enfatiza-se ainda que

Movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Ao analisar concepções sobre movimentos sociais, evidenciam-se que as principais referências sobre Movimentos partiam da sociologia, entretanto, a partir das transformações sociais marcadas pelo período da década de 1980, a ciência geográfica passa a estudar a formação de Movimentos a partir de seus conceitos fundantes. O momento em questão se encontra com a oficialização do MST, em 1984, territorializado nas cinco regiões do Brasil na luta pela terra e por organizações sociais dos trabalhadores rurais (MST, 2021), que de acordo com Fernandes (2005) são compreendidos enquanto movimentos socioterritoriais, visto que a prática de atuação do MST perpassa a construção de espaços políticos e a formação de territórios considerando os processos geográficos de territorialização e desterritorialização, sendo o território indissociável da existência do Movimento.

2.2 Movimento Social do Campo: MST

Historicamente, é preciso retornar a década de 1950 para compreender a formação do MST e sua conseqüente oficialização em 1984. Analisando o cenário sob a ótica de Medeiros (1989), o período em questão foi marcado por grandes transformações na economia e na sociedade com o processo de industrialização galgado pelo crescimento do capitalismo liberal intensificando a urbanização e o conseqüente êxodo rural, culminando em novos interesses e necessidades sociais, o que atenuou um descompasso entre a agricultura e o processo de

industrialização. Nesse âmbito, frente às mudanças de conjunturas, ressalta-se a instabilidade econômica e de um projeto de industrialização pré-ditadura. Nesse ínterim, há a organização de trabalhadores rurais enquanto sujeitos sociais na reivindicação por direitos através da Liga Camponesa corroborando para questionamento sobre a propriedade da terra e organizando a luta dos trabalhadores por Reforma Agrária Popular com atividades entre 1955 e 1964. Entretanto, com a crescente onda ultraconservadora, Medeiros (1989) aponta que as Ligas Camponesas, enquanto organização, entram em crise, o que se encaminha para o cenário subsequente marcado pelo período ditatorial no Brasil – 1964 a 1985 – e conforme aponta Medeiros (1989, p. 85) “o período que se sucedeu ao golpe militar de 1964 foi marcado por uma intensa repressão às organizações de trabalhadores. Sedes de Ligas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas; as lideranças perseguidas; muitos foram presos, muitos outros assassinados.”.

Dado tal cenário, em relação ao campo, Fernandes (2012) aponta transformações na agricultura brasileira resultando em uma política de modernização do campo via inserção do pacote metal-químico. Diante dessa modernização conservadora no campo, houve o crescimento das relações de trabalho assalariadas pautadas na lógica do capital. Frente a esse processo, os conflitos no campo se intensificaram em função do aumento da concentração de renda e terra atenuada pela histórica estrutura fundiária brasileira. À face disso, Medeiros (1989) ressalta que no final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 como um período de exaustão a ditadura marcada pela eclosão de lutas sociais frente a organização do governo militar.

Desse modo, a questão agrária adquire evidência através da crítica a questão agrícola promulgada pela ditadura, intensifica-se a luta pela terra e com a chegada dos anos 1980, novos agentes de luta por Reforma Agrária Popular constroem uma identidade, sendo eles “Os Sem Terra”, o que culmina na constituição do MST em 1984, tendo como bandeira de luta a conquista pela terra “o que implica numa valorização de formas mais incisivas de luta como as ocupações e os acampamentos e, ao mesmo tempo, num esforço enorme de organização.” (MEDEIROS, 1989, p. 149).

Diante deste panorama, nos anos 1980, o MST se constrói como resistência à questão latifundiária e tem sua luta fundamentada contra a expropriação e a exploração do sistema capitalista. Destarte, ressalta-se que o MST, desde o seu embrião nos anos 1970, segundo

Mariano; Paz (2018) se fundamentou na “luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais mais amplas, simbolizadas na construção do socialismo.” (MARIANO; PAZ, 2018 p. 290). À vista disso, Stédile; Fernandes (2012) apontam que a gênese do MST foi determinante por diversos fatores, sendo constituído enquanto um processo de formação, sendo, entretanto, o principal fator galgado pela questão econômica referente às transformações da agricultura brasileira na década de 1970, um período de maior transformação da agricultura com a mecanização do campo brasileiro.

A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década. Eram famílias que viviam como arrendatárias, parceiras ou filhos de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais. (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 17-18)

Nessa perspectiva, o principal aspecto de formação do Movimento perpassa a questão socioeconômica.

Do ponto de vista socioeconômico, os campos expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de lutas pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive. (STÉDILE; FERNANDES, 2012, P. 19)

O segundo aspecto, conforme apontam Stédile; Fernandes (2012), abarca a questão política desempenhada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) através do trabalho pastoral da Igreja Católica e Luterana, em que a ação de representatividades da Igreja se opunham ao modelo de implantação política no campo articulado pela ditadura militar. A CPT, nesse sentido, assegurou a discussão sobre a necessidade de organização camponesa. Há, ainda, um terceiro fator, apontado como a situação política frente ao período ditatorial e ao processo de democratização do Brasil, sendo assim, o MST não surge apenas pela busca de conquista de terra, mas também pela constituição de Movimento Social frente a luta pela democratização social. (STÉDILE, FERNANDES, 2012)

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra defende pautas fundamentais para o conquista de direitos básicos, pois se fundamenta em vidas e essas vidas perpassam diversas representações, pois conforme Mariano; Paz (2018, p. 291) “a vitalidade

do MST vem, fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das(os) Sem Terra.”.

Desse modo, considerando a formação do MST, ressalta-se, além da resistência, a territorialização do movimento abarcando as regiões do Brasil. Fernandes (2012, p. 28) defende que “o processo de territorialização acontece por meio da construção do espaço de socialização política”, ou seja, a própria estrutura interna do movimento – organizada por setores, frentes de luta e coletivos –, é uma forma de organização social que viabiliza a ocupação da terra. Nesse cenário, a terra é uma fração do território, pois, conforme Fernandes (2012, p. 28) “a ocupação é a condição da territorialização.”. Portanto, o MST surge organizado como um sujeito coletivo no cenário nacional na luta pela terra enfrentando o latifúndio. Bogo; Bogo (2019) apontam que o MST é marcado por uma estrutura organizativa com três características inovadoras: a) cobrança das dívidas sociais, b) ocupação de lugar, c) mística transformativa.

Nesse íterim, no que tange à cobrança das dívidas sociais, deve-se remontar ao período da colonização brasileira, que, por vez, desprezou direitos básicos e fomentou a concentração de terra. Filho; Fontes (2009) afirmam que a partir de 1500 as terras brasileiras tornaram-se domínio de Portugal e a colonização inicia o processo da formação de propriedade privada através da constituição de capitanias hereditárias e concessões de Sesmarias, mais tarde, em 1850, legitimada pela Lei de Terras assegurando a terra enquanto um produto mercantilizado. Tal contexto, frente a desigualdade assolada pela concentração de terras, motivou a transformação de indivíduos enquanto sujeitos coletivos. Assim, considerando a formação estrutural do MST, há a constituição de setores buscando a transformação social “por meio da divisão social das tarefas e dos cursos de formação, avançou-se rapidamente para a formação de novas lideranças, convictas de que era necessário, junto com a conquista da terra, realizar a transformação da sociedade capitalista.”. (BOGO; BOGO, 2019, p. 87)

Outro ponto subsequente, referente a ocupação de lugar, segundo Bogo; Bogo (2019), ocorre por meio da inserção dos trabalhadores Sem Terra enquanto sujeitos políticos e sociais sem interferir em instituições e forças já existentes, como igrejas, sindicatos e partidos políticos, pois os objetivos do MST não convergiam com outras forças, ou seja, foi preenchido um lugar enquanto movimento social disponível socialmente e ainda se juntou com outras forças já existentes, como por exemplo a relação até os dias atuais com igrejas, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como terceira característica, aponta-se a mística transformativa, marcada por convicções ideológicas, perpassando o sentimento da ação, de ser eticamente bom e de ter condutas. É marcado pelo trabalho, pela luta social e pelo aprendizado coletivo. (BOGO; BOGO, 2019)

Frente a tal cenário, considerando as marcas do autoritarismo desencadeadas pela ditadura militar, Bogo; Bogo (2019) apontam sobre os avanços dos latifundiários com o processo de modernização do campo, que além da concentração de terras, ampliou o uso de agrotóxicos e matrizes de animais fortemente marcadas por reprodução em confinamento. Com o panorama favorável ao capital, por meio dos incentivos gerados pelo regime militar, a forma de resistência da luta pela terra ascendeu e passou a ser por Reforma Agrária Popular.

A Reforma Agrária Popular para o MST, trata-se de uma busca por mudanças estruturais assegurando o acesso à terra, aos modos de produção, a relação com a natureza e organização social camponesa, engloba a partir da transformação social a democratização do acesso à terra, a preservação da natureza, a produção de alimentos, cultura, educação e direitos sociais a população camponesa através de condições dignas de vida (MST, 2021). A desconcentração fundiária galgada pela Reforma Agrária é assegurada constitucionalmente, o que garante a luta pela mudança estrutural em relação à terra, à sociedade, ao campo e à cidade.

De acordo com a Constituição Nacional de 1988, o direito à propriedade deve atender a função social, para que a República Federativa do Brasil possa atender os fundamentos de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantindo o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, cabe à União desapropriar

terras por interesse social, os imóveis que não cumpram sua função social, como estabelecido no artigo 186 (MST, 2021).

Ao compreender a proposta de mudança estrutural da sociedade, por meio da luta por Reforma Agrária Popular, relaciona-se tal questão com a construção de territórios – a fim de assegurar o direito constitucional à terra –, mas não só, pois a expressão do território além de material, perpassa a imaterialidade, o que remete a compreensão de relações no processo de formação territorial sendo essencial compreender o reflexo social incluindo, nessa ótica, o debate da diversidade sexual e das relações de gênero.

Nesse âmbito, Raffestin (1993) aponta que, para entender o território, é preciso abarcar o estudo do espaço, pois é a partir do espaço que ocorre a formação do território. Considerando tal relação, Souza (2016) defende que pensar o espaço é entender o espaço geográfico de maneira múltipla, sendo passível de apropriação, transformação e produção social. Nessa concepção, o desenvolvimento de um território perpassa a conjugação das relações, sendo necessário considerar, conforme Saquet; Briskievicz (2009), as relações de poder, as redes de circulação e comunicação, as identidades e a natureza. Nesse cenário, pode-se dizer que as relações sociais desenvolvidas no espaço moldam a formação de territórios e, conseqüentemente, sua expressão, a territorialidade.

2.3 Território, territorialidade e MST

O estudo do território e da territorialidade é indissociável da compreensão da formação do MST enquanto movimento socioterritorial, visto que é através de processos históricos e lutas por direitos e condições sociais que se materializa a própria luta do Movimento. Desse modo, recorre-se a Porto-Gonçalves (2006) a fim de compreender que

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 46)

Aprofundando o aporte teórico sobre território, Raffestin (1993) aponta o conceito de território enquanto trunfo do poder e lugar de todas as relações, sendo assim, o âmbito social inexorável a compreensão territorial, classificando-o enquanto espaço político.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

O espaço, enquanto meio, antecede o território, visto que o território se forma a partir da apropriação espacial, sendo entendida enquanto territorialização do espaço. Nessa ótica, o território deriva do espaço enquanto produção a partir do meio, sendo entendido que toda ação espacial induzida se caracteriza enquanto produção territorial (RAFFESTIN, 1993).

Seguindo essa perspectiva, Fernandes (2005, 2007) aponta o território, enquanto político e multidimensional, tem sua formação a partir das relações sociais desencadeadas no espaço geográfico, assim, “o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência” (FERNANDES, 2005, p. 28). Acrescentam-se, nesse sentido, as relações de transformações do território como processos geográficos que, nesse ponto, recorre-se a territorialização e a territorialidade, em que “a territorialização é resultado da expressão do território, contínuo e interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedores dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas.”. (FERNANDES, 2005, p. 29)

Soma-se ao exposto, a concepção de territorialidade para Raffestin (1993), enquanto constituição das relações sociais, reflete a multidimensionalidade da vivência social visto que “os homens vivem ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.” (RAFFESTIN, 1993, p. 158) Em complementaridade, Saquet (2006) aponta o território enquanto inexorável de relações sociais, culmina na cristalização de territorialidades enquanto manifestação expressa social e espacialmente conforme a variação do tempo, sendo então, a territorialidade inexorável a produção de sujeitos no território, atrelando-se, nesse ponto, ao conceito a

constituição de identidades pois conforme Saquet; Briskievicz (2009, p. 8) “a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos.”.

À vista disso, busca-se compreender o território, a territorialidade e a identidade através de processos históricos e de lutas por direitos e condições sociais através do MST a partir da formação do Coletivo LGBT Sem Terra. Enquanto formação interna, Stédile; Fernandes (2012), ressaltam a questão processual em relação a formação do MST, em complementaridade, Mariano;Paz (2018) apontam, inclusive que o MST tem capacidade de reinvenção de acordo com as necessidades de vida dos sujeitos Sem Terra. Assim, em relação à formação interna do Movimento enquanto estrutura da organização, considera-se a constituição de Setores, Instrumentos e Bandeiras. (MST, 2021) Possibilitando, desse modo, a formação do MST através da organização regional por meio de estados representativos das regiões brasileiras iniciando a espacialização do Movimento. Fernandes (2012, p. 28) defende que “o processo de territorialização acontece por meio da construção de espaço de socialização política”, assim, a setorização do MST é uma forma de organização social que viabiliza a ocupação da terra que, por sua vez, é parte indissociável do processo de territorialização. A estrutura interna do MST pode ser compreendida conforme a figura 1.

Figura 1: Constituição interna do MST: Setores, Instrumentos bandeiras

MST		
SETORES	INSTRUMENTOS	BANDEIRAS
FRENTE DE MASSAS	OCUPAÇÃO DE TERRAS	CULTURA
FORMAÇÃO	ACAMPAMENTOS	REFORMA AGRÁRIA POPULAR
EDUCAÇÃO	MARCHAS	COMBATE À VIOLÊNCIA SEXISTA
PRODUÇÃO	JEJUNS E GREVES DE FOME	DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO	OCUPAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	SAÚDE PÚBLICA
PROJETOS	ACAMPAMENTOS E MANIFESTAÇÕES NAS CIDADES	DESENVOLVIMENTO
GÊNERO	ACAMPAMENTOS DIANTE DE BANCOS	DIVERSIDADE ÉTNICA
DIREITOS HUMANOS	VIGÍLIAS	SISTEMA POLÍTICO
SAÚDE	LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR	SOBERANIA NACIONAL E POPULAR
FINANÇAS	TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		
CULTURA		
JUVENTUDE		
LGBT SEM TERRA		

Fonte: autoria própria a partir de MST (2021)

Diante da formação interna do Movimento, é preciso contextualizar a construção do MST ao longo dos anos para compreender a formação do Movimento conforme as marcas temporais, atentando-se para o contexto histórico em questão conforme Figura 2.

Figura 2: Representação temporal do MST: contexto, formação e manifestação



Fonte: autoria própria a partir de Bogo; Bogo (2019).

Considerando os acontecimentos histórico-político e o panorama atual que engloba o contexto de formação do MST a partir da figura 1, recorre-se a Bogo; Bogo (2019) que aponta a trajetória em relação a formação processual do MST a partir do 1º Congresso “Sem terra não há democracia”, em 1985, o 2º Congresso “Ocupar, resistir e produzir” em 1990. No ano de 1993 tem-se os primeiros passos para criação da Via Campesina² e em 1995 foi realizado o

² Via Campesina é uma organização mundial oficializada em 1993 composta por movimentos sociais camponeses. Através da Via Campesina o MST passa a ter visibilidade internacional.

3º Congresso “Reforma Agrária, uma luta de todos” contra as políticas neoliberais, cujo presidente era Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003. Nesse momento, a nova ordem sob a ótica da luta pela terra estava pautada na questão agrária, cujo objetivo era organizar todas as forças sociais contra o avanço do agronegócio acentuado pelo liberalismo.

Em 1995, após onze anos de fundação oficial do MST, houve pela primeira vez a integração da mulher na luta pela terra, gerando visibilidade ao público feminino com a alteração dos objetivos gerais do movimento, acrescentando a luta por combate as formas de discriminação social e a busca pela participação feminina igualitária, conforme aponta Fernandes (2012). Nessa perspectiva, entende-se que o MST é um movimento que se transforma conforme a demanda da luta do movimento.

Segundo Bogo; Bogo (2019) nesse contexto de luta e resistência, o espaço urbano passa a ser o palco da luta agrária desencadeada pelo Movimento, assim, em 1997, ocorreram as grandes marchas nas capitais dos estados e em diversas cidades pelo país. Nos anos de 1990, o período foi de instabilidades por conta da ascensão do neoliberalismo e a expansão do agronegócio. Diante do avanço das monoculturas, o MST se volta para produção agroecológica sendo um contraponto ao consumo de transgênicos e ao uso de agrotóxicos. Fernandes (2012) aponta que a nova política nacional reconfigurou socioeconomicamente e territorialmente a questão agrária do Brasil.

Sem a resolução desta questão por meio de uma reforma agrária, os sem-terra manifestam-se, desafiando a imposição, minando a estrutura fundiária concentrada e saturada. As suas ações de ocupação do território são fracionadas. E são conquistas neutralizadas pela seguida expropriação dos outros camponeses que, não conseguindo resistir às políticas do atual modelo de desenvolvimento agropecuário, tornam-se sem-terra, num redesenhar do espaço geográfico e político. (FERNANDES, 2012, p. 34)

Nos 2000, em contexto neoliberal marcado pelo avanço do agronegócio, ocorreu o marco da eleição presidencial com a vitória do Partido dos Trabalhadores, tomando posse Luis Inácio Lula da Silva com apoio de muitos movimentos sociais e organizações coletivas, como exemplo o MST.

Nesse contexto, por conta da questão estrutural, o governo progressista do PT não conseguiu viabilizar o projeto de Reforma Agrária, não resolvendo a questão agrária brasileira, culminando, inclusive, na expansão do agronegócio. O MST precisou reforçar sua

luta por meio de mutirões de discussões para lutar pela justiça social, soberania popular, produção ecológica, conscientização ao uso de agrotóxicos, transformação social, ou seja, uma Reforma Agrária Popular. Entretanto, ressalta-se que não houve a realização da Reforma Agrária no governo petista, porém, foi um período aberto ao diálogo e respeito aos sujeitos sem-terra e da luta do MST no âmbito das políticas públicas federais possibilitando cooperação agrícola, educação, agroindústria, conforme aponta em Stédile em entrevista disponível do site do MST³, além de um período marcado pelo assentamento familiar contemplando, segundo Cattelan, Moraes, Rossini (2020), 381,4 mil famílias no 1º mandato do governo Lula e 232,7 mil famílias no 2º mandato.

Em 2013, concomitantemente as lutas do Movimento, a gestão subsequente da ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)⁴, incentivando a agroecologia e a produção orgânica no país, entretanto, Cattelan, Moraes, Rossoni (2020, p. 143) apontam que “o governo Dilma (2011-2016) foi um período de descrédito para a reforma agrária, o MST perdeu forças e as ocupações podem ter se reduzido devido à falta de perspectiva quanto às desapropriações”, visto que, o número de famílias assentadas de 2011 a 2016 foi de 133,7 mil famílias, configurando baixa em relação ao governo Lula (CATTELAN, MORAES, ROSSINI, 2020).

A partir do ano de 2016, com o golpe e a ascensão ao poder do ex-presidente Michel Temer, o governo federal diminuiu políticas públicas para a questão agrária no país, contemplando no período de 2016 a 2018, 10,1 mil famílias em relação ao assentamento (CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020). O contexto político desde então foi marcado por incertezas, nova ascensão do conservadorismo no país e a insegurança, assolados pelo governo Bolsonaro, de agentes fora do padrão hegemônico, a exemplo de mulheres, sujeitos LGBT e militantes Sem Terra.

Considerando o novo marco de ascensão liberal e conservador – modelador de instâncias sociais –, além da presença de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e quaisquer outras formas de diversidade sexual e identidade de gênero na sociedade, faz-se necessário o reconhecimento e o direito pela existência da diversidade sexual. Nessa ótica, a

3 Entrevista de João Paulo Stédile disponível em: <<https://mst.org.br/2009/01/06/por-que-o-mst-elevou-o-teor-das-criticas-ao-governo-lula/>> Acesso em: 27/12/2021.

4 O Governo Federal através decreto nº 7.794 lança o PNAPO.

fim de compreender a identidade LGBT no MST, é fundamental destacar que, por meio do processo de construção de territorialidade pelo Coletivo, tem-se a legitimidade da expressão de sujeitos LGBT no interior do MST, em que até 2015 não era assegurada. Com os debates informais e os diálogos internos sobre gênero e diversidade sexual, foi possível realizar em 2015 o 1º Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” sendo o marco oficial do início do debate no Movimento. O seminário trouxe visibilidade aos LGBT’s enquanto agentes sociais de luta, que, independente de sua sexualidade, compõem o MST. Os diálogos e os debates sobre diversidade sexual e de gênero, antes de 2015, como apontado, existiam e eram legítimos enquanto causa, entretanto, não reconhecidos oficialmente pelo Movimento. O Coletivo LGBT Sem Terra passa a ser entendido enquanto a expressão representativa de sujeitos historicamente excluídos, negados e discriminados pela reprodução social do heterossexismo⁵ (MARIANO; PAZ, 2018).

2.4 MST, Gênero e Sexualidade

Considerando o contexto de ascensão do conservadorismo no Brasil, marcado pelo golpe de 2016, há a depreciação do debate da diversidade sexual e de gênero pautado pelo fundamentalismo religioso, disputas ideológicas, notícias falsas e demais formas de disseminação de ódio à população LGBT. (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020)

A conjuntura política, então, fundamenta a necessidade de debater questões sobre diversidade sexual e de gênero, sendo categorias indissociáveis do estudo sobre relações humanas, logo não podem ser socialmente excluídas. Frente a tal concepção, questiona-se a relação entre homens e mulheres, compreendendo, nesse ponto, relações cisgêneras⁶. O marco a ser adotado para compreensão desta relação será partindo das relações de trabalho, pois, entende-se, de acordo com Saffioti (2015) que a divisão social do trabalho tem caráter sexual obedecendo a critérios patriarcais influenciando diretamente nas relações – de poder – de gênero e sexualidade.

5 Sistema de padronização da heterossexualidade como superior e única possibilidade de orientação sexual. Conceituação disponível no Manual de Comunicação LGBT da ABGLT.

6 Diz respeito à identificação de sujeitos que se identificam com o sexo atribuído no nascimento (JESUS, 2012)

A análise, a partir dessa ótica, parte do entendimento de como sujeitos produzem e reproduzem a vida material, pois, o trabalho, por meio da relação sociedade-natureza, numa abordagem materialista-dialética, é um meio de humanização de homens e mulheres, porque além de modificar espaços, mudam a si mesmos, ou seja, entende-se como um gerador de aprendizado, consciência e uma forma de dominar a natureza através da produção de territórios. Assim, são desenvolvidos processos que vão se relacionando com o afeto, desejo e demais questões inter-relacionais como formas de aliança através do desenvolvimento da consciência social. (SAFFIOTI, 2015)

O trabalho é fundamental na constituição do ser social não apenas porque garante a sobrevivência e a reprodução da humanidade, mas também porque se trata, imperiosamente, de uma atividade coletiva, o que leva os indivíduos a se relacionarem socialmente. As relações estabelecidas no processo de trabalho são complexificadas na medida em que as diferentes formas de cooperação de trabalho pressionam para a construção de certas formas de cultura e organização política. (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020, p. 34)

Com a divisão social – sexual – do trabalho, no modo de produção capitalista, o patriarcado aparece como potencializador do capital, culminando no reforço do heterossexismo, pois a relação heterossexual em caráter cisgênero é o fundamento da família burguesa, sendo essa a responsável pela reprodução biológica, o que assegura o processo de produção do capital através da força de trabalho. Conforme Nogueira; Pereira; Toitio (2020, p. 45) “no processo de formação do modo capitalista de produção e de reprodução social, a família burguesa se tornou a única forma familiar legítima, que era necessariamente monogâmica, patriarcal e heterossexista”. À vista da compreensão da formação de família burguesa pautada na lógica patriarcal, recorre-se, também, a Chauí (1980, p. 34) ao apontar que

Na ideologia burguesa, a família não é entendida como uma relação social que assume formas, funções e sentidos diferentes tanto em decorrência das condições históricas quanto em decorrência da situação de cada classe social na sociedade. Pelo contrário, a família é representada como sendo sempre a mesma (no tempo e para todas as classes) e, portanto, como uma realidade natural (biológica), sagrada (desejada e abençoada por Deus), eterna (sempre existiu e sempre existirá), moral (a vida boa, pura, normal, respeitada) e pedagógica (nela se aprendem as regras da verdadeira convivência entre os homens, com o amor dos pais pelos filhos, com o respeito e temor dos filhos pelos pais, com o amor fraterno). Estamos, pois, diante da ideia da família e não diante da realidade histórico-social da família.

Nesse sentido, a ordem social patriarcal é reforçada pelo trabalho na ótica capitalista e pela manutenção da ideia de família. Saffioti (2015) aponta que a partir da lógica patriarcal

ocorre a construção da ideia de masculino e feminino, logo, o gênero é inerente à vida social. Assim, o controle do gênero através do patriarcado é uma maneira de expressão de poder político e de controle. À vista disso, consideram-se os apontamentos de Nogueira; Pereira; Toitio (2020, p. 40)

A divisão sexual do trabalho pressiona a criar dois gêneros, um feminino e outro masculino, e os cria compulsoriamente como heterossexuais, em que apenas um pode desejar o outro. Isso porque a complementaridade estabelecida nas relações de gênero e a construção da família patriarcal como instituição social só se desenvolvem numa relação heterossexual. Por isso, pensar a construção das relações de gênero significa pensar também sobre a construção das sexualidades hegemônicas. O heterossexismo expressa, assim, um dos fundamentos das desigualdades entre homens e mulheres e da violência por elas sofrida.

Frente a hegemonia heterossexista galgada pelo capital, a lógica de construção do Coletivo LGBT Sem Terra é apresentar a diversidade sexual e de gênero no Movimento enquanto possibilidades na luta pela liberdade sexual, pois a LGBTfobia é indissociável do patriarcado, do capitalismo e do racismo. Nesse sentido, através do recorte de sexualidade e gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por meio do Coletivo LGBT Sem Terra há o questionamento a par dos padrões sociais considerando que a formação de sujeitos sociais ocorre pela sociedade e pelas marcas das relações, que são influenciadas por modelos de comportamentos patriarcais racistas, machistas e classistas.

À vista disso, conforme, Mariano; Paz (2018), o MST está integrado a própria lógica patriarcal sob influência social, marcado por avanços e contradições, pois o núcleo base do MST parte da constituição de luta familiar, entretanto, a visão sobre família ainda é muito limitada, pois considera-se necessário o questionamento sobre a base heterossexual da família. Nesse ponto, os setores do MST através da provocação de debates passam a questionar esse modelo de reprodução social.

Na busca de superar tais contradições no Movimento, a organização setorial por meio da diversidade interna dos próprios militantes, vem superar a invisibilidade e o preconceito no próprio MST reformulando as normas gerais, pois de acordo com Mariano; Paz (2018), até 2015 não havia linha política referente a identidade de gênero e orientação sexual. Nesse ínterim, sujeitos LGBT que já integravam o movimento não eram representados, então, através da busca pela criação de um espaço sobre diversidade sexual e identidade de gênero, o MST se aponta enquanto um lugar de apoio e aceitação da sexualidade.

A dinâmica organizativa do MST de distribuir tarefas desde a base, os diversos espaços de formação e a luta enquanto elemento pedagógico, possibilitaram que a militância LGBT pudesse se reconhecer enquanto sujeito, com capacidade de ação política para lutar por seus direitos, o que também inclui a dimensão da liberdade sexual. Por isso, afirmamos que a construção do debate sobre diversidade sexual e de gênero é, também, um resultado do processo de formação da consciência no MST. (MARIANO; PAZ, 2018, p. 295)

Desse modo, o MST, enquanto um movimento plural e diverso, assegura que o debate sobre diversidade sexual é fundamental, garantindo a luta por formação de um território livre de discriminação, buscando romper com todas as cercas que privem a vida e o amor (MST, 2017). O Coletivo LGBT Sem Terra, oficializado em 2015, é a expressão da pauta sobre identidade de gênero e diversidade sexual no movimento, entretanto, ressalta-se que “a participação das LGBT no MST não é tão recente quanto à construção dos espaços de auto-organização destes sujeitos” (MST, 2018, p. 6). Em caráter de contextualização, os marcos recentes envolvendo sujeitos LGBT no MST partem de 2013, em Brasília, em que há o encontro do MST com o movimento LGBT em marcha contra a homofobia, conforme figura 3⁷.

7 Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/16117-sem-terra-e-movimento-gay-se-unem-em-marcha-em-brasilia>>

Figura 3: Encontro das bandeiras do MST e LGBT



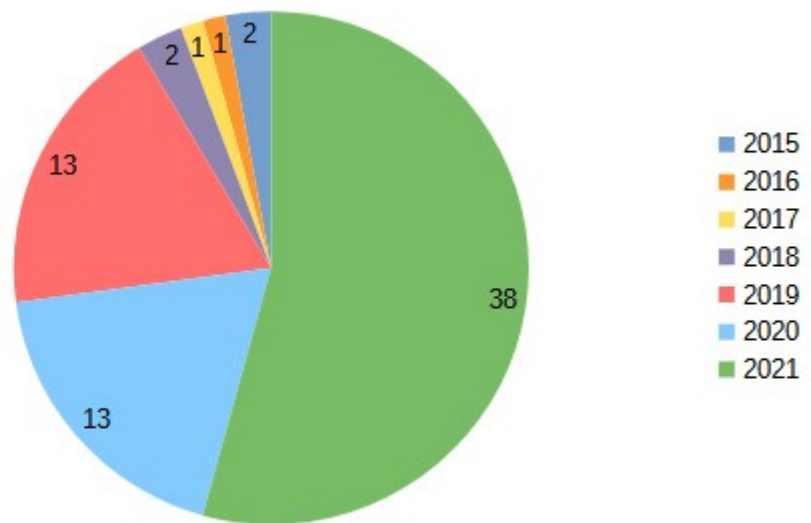
Fonte: Folha de São Paulo

A partir de então, o debate passa a adquirir forma, conforme aponta Mariano; Paz (2018), em 2014, cujo tema volta a ser debatido no VI Congresso do MST e começam a ser desenvolvidos espaços de formação sobre a luta da diversidade. Nessa ótica, a diversidade sexual e de gênero no Movimento perpassa uma luta por reconhecimento, por legitimidade da identidade individual e de um grupo, sendo o marco para essa integração da luta LGBT com a luta pela terra através da oficialização do Coletivo LGBT Sem Terra com a realização do seminário “O MST e a Diversidade Sexual”. (MST, 2018)

Com a formação do Coletivo, é crescente a visibilidade de sujeitos LGBT enquanto militantes Sem Terra, importante na construção de microterritório de sujeitos LGBT no MST. Através da oficialização do Coletivo, então, é notório o crescimento de pautas acerca da identidade de gênero e orientação sexual, havendo o crescimento anual de publicações sobre a questão LGBT em vias de comunicação oficial do MST. A partir da análise do site, pode-se comprovar a crescente conquista de espaços, partindo do ano de 2015 até o ano de 2021, em

que, conforme gráfico através da Figura 4, há o aumento anual da disponibilidade de informações e conteúdos acerca da temática em questão através da busca na área de notícias por LGBT Sem Terra.

Figura 4: Publicações anuais LGBT Sem Terra a partir do site oficial do MST



Fonte: autoria própria.

Desse modo, por meio da integração do debate de gênero e diversidade sexual, foi assegurada a alteração das normas gerais em 2016, segundo Mariano; Paz (2018) a fim de garantir políticas referentes a identidade de gênero e orientação sexual, o que até então não era legitimado pelo Movimento, resultando na invisibilidade da população LGBT no interior do MST, entretanto, a alteração das normas gerais do Movimento possibilitou a visibilidade de sujeitos LGBT Sem Terra, assegurando que os integrantes do Movimento independem de orientação sexual ou identidade de gênero, que é responsabilidade dos membros o combate a todas formas de preconceito, incluindo orientação sexual e identidade de gênero, além de combater qualquer forma de violência em relação à mulher, criança e sujeitos LGBT a rigor de penalidade aos praticantes. (MST, 2018)

2.5 Patriarcado, Machismo e Capitalismo: a expressão social da existência LGBT

As relações interpessoais são marcadas pela sociedade patriarcal-racista-capitalista, conforme apontam Nogueira *et al.*(2020). A heterogeneidade de indivíduos sociais é marcada por diferentes corpos, sexos, sexualidades, raças e classes, logo, a multiplicidade social se faz presente na sociedade. Porto-Gonçalves (2003, p. 142) parte da ideia de que “não existe sociedade a-geográfica assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade”, logo, considera-se que a geograficidade é indissociável da formação social. À vista disso, compreendendo Movimentos Sociais enquanto reflexo da sociedade, faz-se o recorte de classe para compreensão interseccional da diversidade sexual e de gênero a partir do MST. Chauí (1980, p. 21) advoga que

As classes sociais não são coisas nem ideias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas da propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de sistemas determinados de ideias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. As classes sociais são o fazer-se classe dos indivíduos em suas atividades econômicas, políticas e culturais.

A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra perpassa a luta de classes. Compreende-se a classe enquanto marcador social fundamental das relações, logo, tal recorte é indissociável da análise de sujeitos LGBT Sem Terra, pois a luta da classe trabalhadora é uma só, e a expressão da resistência anticapitalista deve ser também antipatriarcal, antirracista e, conseqüentemente, anti LGBTfóbica, pois a diversidade sexual e de gênero são intrínseca a esfera classista.

Considerando tais questões, entende-se a sexualidade sob a ótica da sociedade capitalista enquanto inexorável a análise da divisão sexual do trabalho, pois o trabalho é a mediação do ser humano enquanto ser social, ou seja, é uma forma de controle social que assegura a manutenção do sistema patriarcal.

Destaca-se que a divisão sexual do trabalho é parte constitutiva das relações patriarcais de gênero, que se expressa não só materialmente (produção da riqueza divisão do trabalho), mas também no campo da consciência, dos valores e da subjetividade, pois conforma papéis sociais, naturaliza

estereótipos etc. Sendo assim, produz formas de alienação que dificultam possibilidades de subversão desta ordem. (NOGUEIRA, 2018, p. 36)

O patriarcado, além de controlar relações sociais de gênero para se manter vigente sob a lógica da divisão sexual do trabalho, passa também a controlar a sexualidade humana para a manutenção da ordem (hétero) patriarcal-racista-capitalista, considerando homens e mulheres enquanto agentes sociais produtores e reprodutores de relações sociais fundamentando padrões heterossexista. À vista disso, considera-se em conformidade com Nogueira (2018, p. 37) que

O heterossexismo atua engessando as fronteiras que foram definidas como papéis (im)postos aos homens e mulheres. Valendo-se de uma pretensa determinação natural, o heterossexismo extrapola o mero controle da sexualidade. Ao contrário, atua para organizar o conjunto das relações sociais prescrevendo os modos de ser homem e de ser mulher necessários para a preservação das relações patriarcais de gênero.

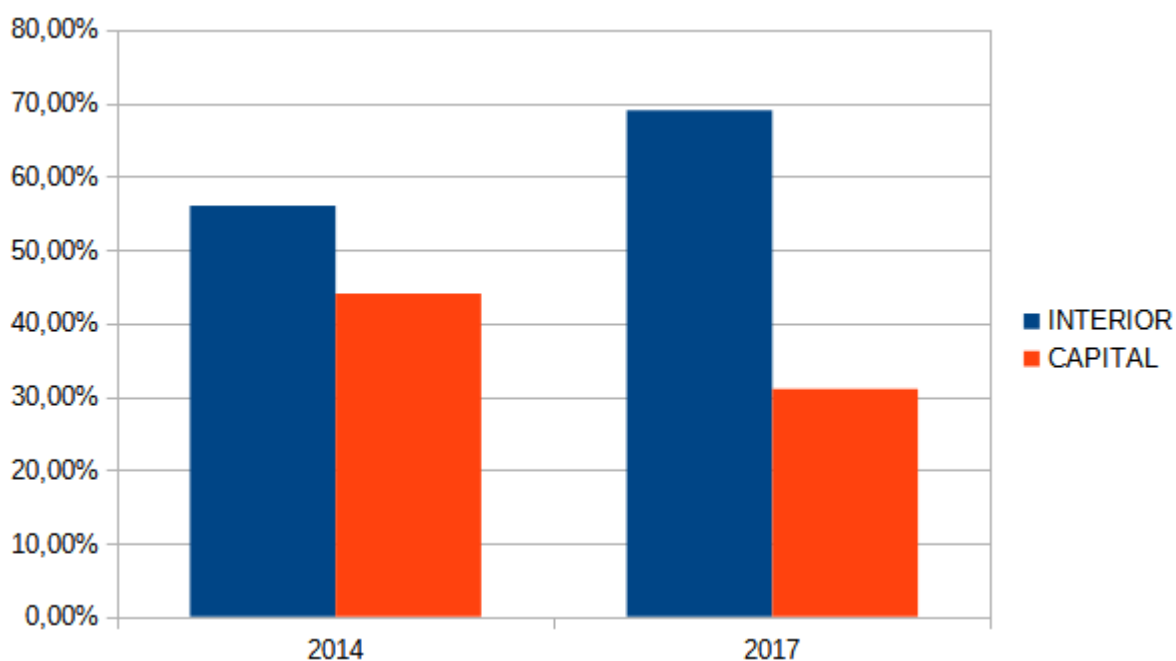
Safiotti (2015), por sua vez, aponta tais relações estruturantes da lógica patriarcal de gênero, raça/étnica e classe: patriarcado, capitalismo e racismo, sendo uma ideia comum a Nogueira (2018), pois entende que sem reconhecer tal indissociabilidade entre a manutenção e controle do próprio sistema, não é possível modificar a lógica de exploração e dominação.

Nesse sentido, o comportamento heterossexual está para além do interesse sexual entre sujeitos biologicamente diferentes, trata-se de uma instituição social moldada por e para relações de poder a fim de manter a ordem social vigente, pois seres humanos se reproduzem biologicamente através de relações heterossexuais. (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020)

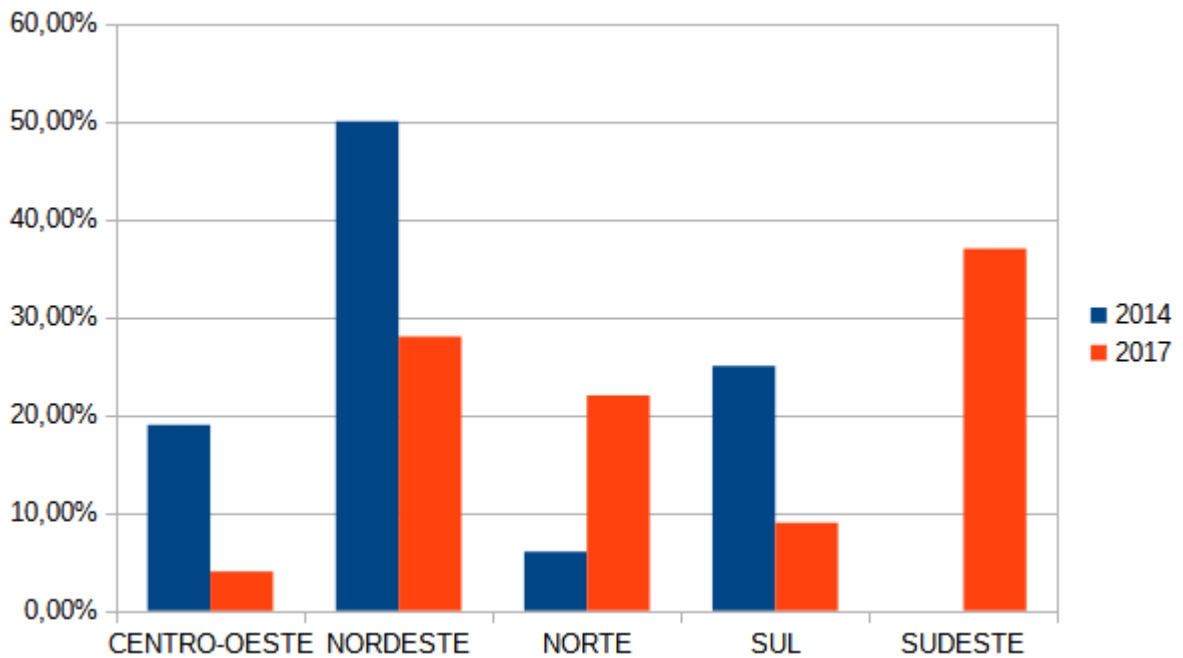
A partir de tal perspectiva, entende-se que a imposição da heterossexualidade é uma forma de controle de uma conduta social pautado no padrão heterossexista a fim de manter vigente a ordem patriarcal-racista-capitalista que exclui, invisibiliza e violenta pessoas que não aceitam se submeter a tal ordem, a exemplo, o corpo de mulheres lésbicas. Nesse sentido, entende-se que a identidade da mulher lésbica é a expressão material da resistência ao sistema patriarcal condenador do sexo não reprodutivo, visto que, o controle da sexualidade é mercado pela naturalização das relações de gênero enquanto determinação biológica e não social, como aponta Nogueira (2018). Sendo, então, corpos lésbicos a negação da normativa hegemônica social.

Em consequência da expressão social vivenciada através da diversidade sexual e de gênero contra-hegemônica, aponta-se a violência enquanto fato perante a libertação de corpos dissidentes. A exemplo da lesbianidade, segundo os dados do Lesbocídio – As histórias que ninguém conta, houve aumento de mortes de tal grupo social entre 2014 e 2017, ou seja, de 56% para 69% ao analisar tal fato compreendendo o interior, como apontado no gráfico a partir da figura 5, e sendo considerada a região sudeste a mais violenta para mulheres lésbicas. Vide crescente violência fora da centralidade de capitais e na região sudeste conforme o gráfico através da figura 5.

Figura 5: Lesbofobia: perigo espacializado



Fonte: autoria própria a partir dos dados trabalhados pelo Lesbocídio – As histórias que ninguém conta

Figura 6: Lesbofobia: perigo espacializado por região

Fonte: autoria própria a partir dos dados trabalhados pelo Lesbocídio – As histórias que ninguém conta

Nesse sentido, recorre-se a Rich (2010) a fim de entender a heterossexualidade compulsória, assegurada pelo sistema patricial-racista-capitalista e a existência de mulheres lésbicas. À vista disso, entende-se a “heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres” (RICH, 2010, p. 19). A expressão da sexualidade, por meio do modo heterossexual, atribui poder ao masculino potencializando a lógica patriarcal, que além de contribuir para desigualdade sexual e de gênero, invisibiliza mulheres e reforça a heterossexualidade a fim de nutrir a lógica hegemônica, assim, mulheres são convencidas do padrão heterossexual compulsório, pois dessa forma, mantém-se o controle da consciência feminina. (RICH, 2010)

Gênero e sexualidade, nessa ótica, são indissociáveis do controle de corpos galgado pela heteronormatividade a partir da “domesticidade feminina, da maternidade e do amor romântico” (BIROLI, 2018, p. 92). Desse modo, compreende-se o que o sexo está para além da questão biológica, visto que a expressão da sexualidade é social. Isto posto, faz-se necessário a compreensão de poder a partir do patriarcado, do machismo e do capitalismo

sobre a questão vigente. Nesse ínterim, Rich (2010) aponta que o capitalismo sustenta o machismo e o patriarcado, por meio da divisão sexual do trabalho, garante poder aos homens alimentando a dependência feminina.

A partir da hegemonia patriarcal, o sexo, em conformidade com Rich (2010), é entendido enquanto um instrumento de poder controlador de corpos femininos e a sexualidade, segundo Nogueira; Pereira; Toitio (2020), é inerente ao ser humano, sendo ela política e socialmente construída. Nesse ponto, ressalta-se uma construção histórico-social sobre masculinidade e feminilidade marcada pela lógica binária que determina a ideia de produção e reprodução social assegurando a ordem patriarcal com base na ideia de família, ao formular a relação do trabalho com a reprodução da sexualidade de forma inexorável ao modelo de família heterossexista, patriarcal e monogâmica, assegurando a estrutura social e determinando, por sua vez, a mulher ao casamento, aos filhos, a casa, a esfera privada. Nesse padrão heterossexista instaurado socialmente, a diversidade sexual é entendida enquanto um desvio contraposto a ordem hegemônica, pois sujeitos LGBT constroem sua própria narrativa e organização coletiva a fim de (re)xistir em defesa da diversidade sexual. (NOGUEIRA *et al.*, 2018)

Considerando tais pontos, ressalta-se a falta de liberdade de escolha de mulheres ao compreenderem sua sexualidade e sem a possibilidade de experimentação. A impossibilidade de escolhas leva o poder masculino de uma sociedade machista a determinar a sexualidade feminina. À vista disso, recorre-se a Saffioti (1987) ao apontar a relação entre poder e prazer, atentando “como o homem detém poder nas suas relações com a mulher, só ele pode ser sujeito de desejo. Não resta a ela senão a posição de objeto do desejo masculino” (SAFFIOTI, 1987, p. 19). Em complementaridade, Saffioti (1987), aponta-se que a identidade social da mulher e do homem se constrói a partir de atribuições sociais determinantes as diferentes categorias de sexo, desse modo, a sociedade patriarcal delimita a esfera feminina e masculina. A partir disso, faz-se necessário reconhecer que biologicamente os seres humanos nascem macho ou fêmea, entretanto, é a partir da construção social que se forma a identidade de homens e mulheres. (SAFFIOTI, 1987)

Nesse âmbito, em conformidade com Beauvoir (1967), não se nasce mulher, torna-se, pois “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). A partir dessa perspectiva, compreende-se que a expressão da identidade da mulher lésbica envolve o fato de um grupo feminino ser indiferente aos homens, sendo essa negação ao masculino a resistência ao patriarcado, visto que a impossibilidade de escolhas leva o poder masculino de uma sociedade machista a determinar a sexualidade feminina.

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência (RICH, 2010, p. 36).

Isto posto, o Coletivo LGBT Sem Terra faz-se presente no MST, enquanto sujeitos LGBT e sujeitos Sem Terra, questionando a heteronormatividade, que, por sua vez, se expressa pela heterossexualidade compulsória, através da imposição do padrão heterossexual alimentado pelo patriarcado. Considera-se, então, que o controle da sexualidade através do heterossexismo exclui a diversidade sexual criando a binaridade de gênero, pois, o discurso do padrão da heterossexualidade é indissociável da homofobia, seguindo a lógica de normalidade heterossexual e anormalidade – diversidade sexual fora do padrão hegemônico – logo, a homossexualidade e demais formas de expressão da sexualidade humana.

Partindo de tal lógica, as relações homoafetivas são entendidas enquanto subversão das concepções tradicionais da normativa sexual e de gênero, logo, a lógica heterossexista é inexorável à lógica do capital, pois a partir de tal reprodução social e biológica se garante a divisão social do trabalho e, a conseqüente, reprodução humana com a finalidade de garantir o heterossexismo como uma engrenagem do capitalismo. (NOGUEIRA *et al.*, 2018)

Outra imposição social da heterossexualidade é feita por instituições, sendo a Igreja – enquanto fundamentalista e conservadora – e o Estado – capitalista, racista e patriarcal –, exemplos dessa regulação e controle sobre a sexualidade através da justificativa do pecado atrelado à imoralidade. Além disso, até os anos 1990, segundo a Associação Internacional de

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA), há a negação da homossexualidade pela medicina realizando tratamentos em sujeitos LGBT, o que se classifica como homofobia clínica pela patologização da diversidade sexual. Assim, Estado, Igreja e Medicina, foram atores utilizados historicamente para controle e repressão da sexualidade corroborando para LGBTfobia. (NOGUEIRA *et al.*, 2018)

Dado tal contexto, sujeitos LGBT passam a incorporar o comportamento heterossexual conforme as relações sociais vigentes, buscando evitar opressões e violências. Essa é uma forma de silenciamento e invisibilização da sua própria sexualidade e de demais diversidade sexuais através do comportamento heteronormativo, pois o patriarcado evidencia a heterossexualidade como único modelo de sexualidade. (NOGUEIRA *et al.*, 2018) Logo, frente a necessidade de resistência a hegemonia patriarcal na busca pelo direito à existência de corpos dissidentes no MST, faz-se presente o Coletivo LGBT Sem Terra, enquanto microterritório no interior do Movimento, enquanto expressão da existência da diversidade sexual e de gênero no MST.

2.6 Formação de Microterritórios: fração da identidade LGBT no MST

O Território, enquanto construção social, coletiva e multidimensional, dotado de territorialidades – a partir da construção territorial enquanto expressão da identidade de um grupo social no tempo e no espaço – (SAQUET, 2015), é também constituído de processos geográficos, dentre eles, os microterritórios. Ao utilizar o prefixo micro, Moreira (2016) aponta que a escala geográfica concede visibilidade ao território em questão, desse modo, faz-se o recorte para os microterritórios LGBT no MST.

Nesse sentido, o território, além de delimitado por fronteiras e relações de poder, é um espaço de identidade social. Os microterritórios perpassam a análise territorial escalar, possibilitando a compreensão da identidade de grupos sociais frente ao processo de formação territorial (MOREIRA, 2016).

O Coletivo LGBT Sem Terra é detentor de uma identidade comum diante do Movimento enquanto sujeitos com objetivos comuns formando um grupo identitário. Tal

formação, no interior do MST, através do Coletivo LGBT Sem Terra, pode ser entendida como microterritório(s). À vista disso, “os limites e as fronteiras que marcam os microterritórios não são apenas os tangíveis, mas também os simbólicos, como o agrupamento ou ajuntamento por afinidade ideológica e política, ou pela orientação sexual dxs participantes.” (MOREIRA, 2016, p. 67)

Considerando os processos geográficos envoltos no território, a partir da formação de microterritórios – LGBT Sem Terra – há a cristalização de identidades – plurais – produto das relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) (SAQUET, 2015). Entende-se, então, que a identidade é uma forma de expressão social manifestada territorialmente, assim, identificar-se enquanto sujeito LGBT Sem Terra é uma manifestação partindo de causas semelhantes. Atentando o exposto, considera-se a formação do Coletivo LGBT Sem Terra enquanto microterritório constituinte no MST perante a luta pela diversidade sexual e de gênero e a luta pela terra, Reforma Agrária Popular e transformações sociais.

No âmbito do gênero e da sexualidade, Saffioti (2015) aponta que os seres humanos são sujeitos sociais políticos formados com e na sociedade. A autora considera o patriarcado enquanto forma de expressão do poder político, à vista disso, entende-se que a lógica patriarcal constrói a ideia de masculino e feminino, nesse sentido, não há sociedade sem gênero. Nessa perspectiva, a partir da formação de identidades baseadas no patriarcado, considera-se que sujeitos enquanto socialmente formados, são influenciados por modelos oriundos da lógica patriarcal e, conseqüentemente, machista.

Considerando o exposto, a formação da identidade LGBT é inexorável à formação de um grupo identitário, como o atual Movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intesexual, Assexual). No MST, a expressão LGBT foi materializada pela formação do Coletivo LGBT Sem Terra, que, entre as pautas de luta interna ao movimento, são detentores de razões comuns a fim de contemplar a liberdade sexual e de gênero (MARIANO; PAZ, 2018). Nesse sentido, no interior do movimento há a formação de diferentes territorialidades e microterritórios partindo do pressuposto de que

Na busca por organizar os sujeitos, o MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massas, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude. Podemos dizer que a vitalidade do MST vem,

fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das(os) Sem Terra. (MARIANO; PAZ, 2018, p. 291)

Nesse sentido, atrela-se a formação setorial do MST com a formação de microterritórios no Movimento, visto que, a setorização do MST busca inserção social por meio da articulação com diferentes áreas. O debate do Setor de Gênero, por exemplo, é protagonizado pelas mulheres na luta antipatriarcal por igualdade e liberdade, já o debate da identidade de gênero e da diversidade sexual é posto pelo Coletivo LGBT Sem Terra. Portanto, o debate sobre Reforma Agrária Popular é indissociável do debate das relações humanas emancipadas, perpassando superar limites nas relações de gênero, na divisão social do trabalho e na diversidade sexual, se apresentando como um projeto para além do campo e sim contemplando, também, a esfera urbana e social (MARIANO; PAZ, 2018). O MST, por sua vez, enquanto movimento socioterritorial subdividido em setores e coletivo de atuação, perpassa relações formadoras de microterritório.

Por conseguinte, a partir desse debate compreendendo a articulação entre territórios e seus processos com as relações desenvolvidas no MST através do Coletivo LGBT Sem Terra e busca pela visibilidade de sujeitos LGBT enquanto integrantes do Movimento, considerando a partir de Fernandes (2015), o território, além de delimitado por fronteiras e relações de poder, enquanto um espaço de identidade social, que o processo de cristalização do Coletivo LGBT Sem Terra vem se constituindo desde 2015, se territorializando e conquistado espaços-territórios de identidade.

3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: ENTENDENDO RELAÇÕES (L)GBT NO MST

O desenvolvimento da territorialização do Coletivo LGBT Sem Terra é um processo fundamental na constituição de territorialidades concomitantemente a identidades LGBT Sem Terra. Nesse âmbito, a cristalização da territorialidade LGBT no MST se fundamenta com o Coletivo. Desse modo, entende-se que o território perpassa relações de poder inexoráveis das relações sociais e se constitui por e nas territorialidades-identidades.

À vista disso, busca-se compreender, a partir da gênese do Coletivo LGBT Sem Terra, a territorialidade de sujeitos (L)GBT no MST compreendendo o período de oficialização, 2015, a 2021. Nessa perspectiva, o capítulo em questão se estrutura em três etapas a fim de analisar a formação das territorialidades LGBT Sem Terra a partir do processo de territorialização galgado através da criação e desenvolvimento do Coletivo.

Na etapa inicial, a compreensão da territorialidade parte do processo de territorialização do Coletivo LGBT Sem Terra considerando a análise a partir dos resultados obtidos pela aplicação de entrevistas e, da análise através de uma rede semântica constituída por grafos a partir de notícias divulgadas pelo MST sobre o Coletivo, em que através dos anos, desde a construção do Coletivo, percebe-se o crescente debate sobre diversidade sexual e de gênero no campo. Em complementaridade, na segunda etapa além do recorte da sexualidade, recorre-se ao recorte de gênero a fim de compreender a territorialidade da mulher lésbica, que ao constituir tal identidade vivência as marcas da opressão patriarcal, capitalista e heterossexista.

Em decorrência da compreensão do território e da territorialidade a partir da territorialização do Coletivo no MST, a terceira etapa ecoa a identidade LGBT Sem Terra a partir do documentário “LGBT Sem Terra: O amor faz revolução”, sendo possível compreender as relações desencadeadas concomitantemente ao processo de territorialização do MST com a formação de territorialidades-identidades LGBT no MST. À vista disso, a partir da relação entre as três etapas, ao relacionar as entrevistas aplicadas com a análise de notícias LGBT Sem Terra do site oficial do MST, com o documentário enquanto produto da

trajetória dos cinco anos de atuação do Coletivo em 2020, entende-se como ocorre a territorialidade de sujeitos (L)GBT no Movimento.

3.1 Territorialização LGBT: cristalização da territorialidade do Coletivo LGBT Sem Terra

O entendimento sobre territorialidades é indissociável da existência LGBT Sem Terra no MST, visto que, em conformidade com Saquet (2015), a territorialidade corresponde ao espaço vivido e as relações sociais cotidianas, sendo efetivadas através da construção de práticas, apropriações e relações considerando a cristalização a partir da relação espaço-tempo. À vista disso, a expressão da territorialidade LGBT Sem Terra perpassa a construção do Coletivo, que considera a organização da diversidade social integrante do Movimento em suas diversas dimensões (MARIANO; PAZ, 2018). Recorre-se, portanto, ao aprofundamento a partir da relação espaço-tempo com o processo de territorialização do Coletivo LGBT Sem Terra.

Nesse sentido, Medeiros (2015) trata o território enquanto um espaço de identidade, sendo o sentimento a base desse espaço de identificação, que pode ser material ou imaterial. A autora entende ainda que “o território pode mesmo ser imaginário e até sonhado. E, é a partir deste imaginário, deste sonho que sua construção tem início.” (MEDEIROS, 2015, p. 215)

Em complementaridade, reforça-se a indissociabilidade entre o espaço e o território, visto que o primeiro é o meio condicional de apropriação do segundo (RAFFESTIN, 1993). “O território é, pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento” (MEDEIROS, 2015, p. 216). Desse modo, sendo o MST um movimento socioterritorial que luta por transformações sociais, entende-se o Coletivo LGBT Sem Terra enquanto microterritório precursor do sonho de um território livre e composto por identidades plurais.

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que lá vivem não por se identificarem, mas porque se engajaram em um movimento cuja identidade comum é ser sem terra e cujo objetivo comum é a busca da terra. Esta identidade, inicialmente, é de caráter político, social, cultural mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo

produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais. (MEDEIROS, 2015, p. 217)

Em detrimento, a identidade comum constituída no MST é o *ser Sem Terra*, entretanto, no âmbito da diversidade sexual e de gênero, a construção da identidade do Coletivo adquire visibilidade e tem como expressão o *ser LGBT Sem Terra* diante da indissociabilidade de identidades. É possível perceber a conquista da territorialidade do Coletivo através do processo de territorialização no interior do MST e a indissociabilidade de identidades através dos próprios sujeitos LGBT Sem Terra, ao apontarem que

A gente sabe que se a gente não se colocar, que se a gente não colocar a nossa bandeira com a militância, não fazer lutas distintas, mas unir forças, a gente vai somando mais pessoas para essa causa porque, acho importante frisar, que além da militância LGBT, a gente se identifica enquanto LGBT Sem Terra. (João Lucas, gay, militante LGBT Sem Terra - RJ)

Processo de auto-organização de LGBT's no interior do movimento para que a gente se fortaleça enquanto sujeito e construa essa identidade de LGBT's que são também militantes e produzem a luta pela terra no Brasil, de entender essa relação de que a luta pela terra também é a luta LGBT. (Thais, bissexual, militante LGBT Sem Terra - RJ)

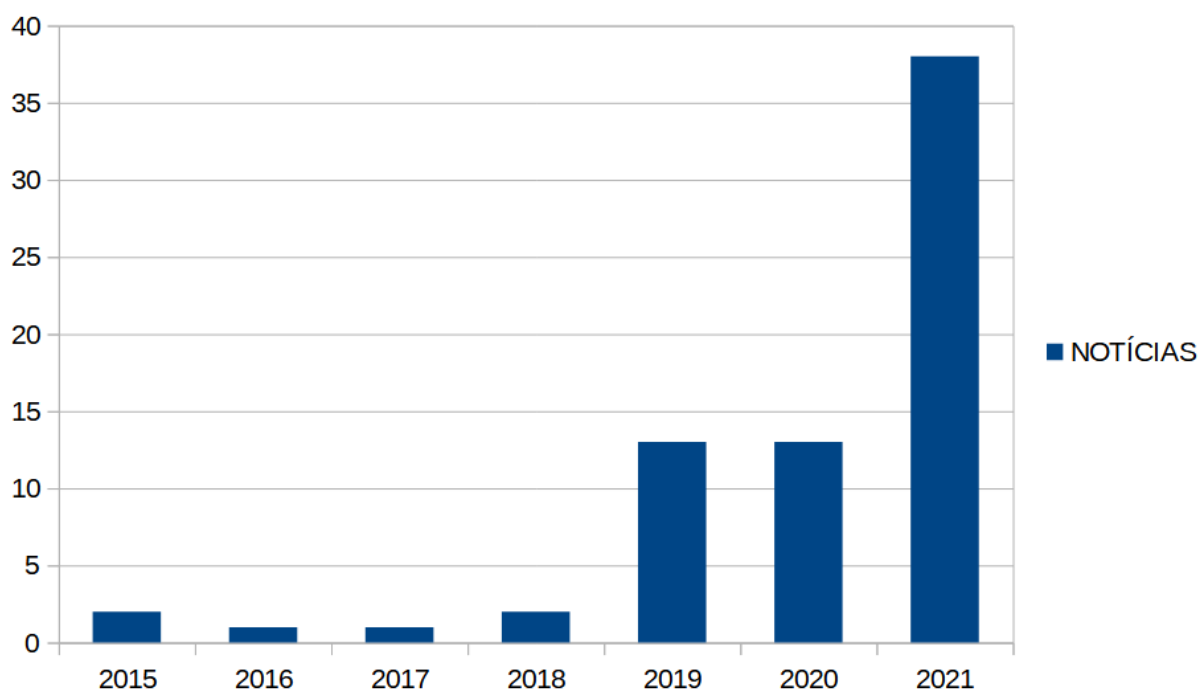
Nesse ínterim, o militante, enquanto sujeito LGBT Sem Terra, ao conquistar espaços de representatividade no Movimento – a partir de 2015 com o 1º Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” como marco a organização LGBT no MST, fundamentando a alteração das normas gerais do Movimento, no ano subsequente, reconhecendo sujeitos independentes do gênero e da sexualidade enquanto parte constituinte do MST – cristaliza sua identidade com um grupo comum a partir de uma organização – Coletivo LGBT Sem Terra – na luta pela terra, por Reforma Agrária Popular e por transformações sociais, sendo então, pautas comuns do MST e do Coletivo LGBT Sem Terra.

Diante disso, Fernandes (2012) aponta que diante da concepção multidimensional do espaço, a partir da socialização política, há o espaço de luta e resistência. De modo concreto, no âmbito do direito à vida a partir da pluralidade sexual e de gênero, esse espaço se forma com o Coletivo enquanto manifestação da identidade LGBT Sem Terra. Em complementaridade, Jaegermann (2016, p. 13) aponta que “a identidade sem-terra, portanto, se percebe como uma construção política que é produto de um processo de luta, nesse caso,

através e junto com o MST”. A territorialidade construída através do Coletivo produz uma identidade indissociável ao MST, o ser LGBT Sem Terra.

Nessa concepção, a partir da análise de conteúdo LGBT Sem Terra no site do MST, comprova-se o processo de construção da identidade LGBT Sem Terra através da territorialidade expressa pelo Coletivo considerando todas as notícias disponíveis sobre a questão LGBT de 2015 – ano da primeira publicação sobre diversidade sexual no MST – até o ano de 2021. Através do levantamento de 70 publicações, constatou-se um aumento significativo, ano a ano, das notícias, o que demonstra a crescente visibilidade LGBT no interior do Movimento como pode ser acompanhado no gráfico através da figura 7.

Figura 7: MST Notícias LGBT Sem Terra 2015 a 2021.



Fonte: Notícias LGBT Sem Terra disponível em: <<https://mst.org.br/temas/lgbt-sem-terra/>>

Em conformidade com o gráfico “MST: Notícias LGBT Sem Terra 2015 a 2021”, foram publicadas 2 notícias no ano de 2015, 1 notícia no ano de 2016 e 1 ano de 2017, 2

notícias em 2018, 13 notícias em 2019 e em 2020 e, em 2021, foram divulgadas 38 notícias sobre a questão LGBT Sem Terra.

A partir da crescente expressão da territorialidade LGBT Sem Terra fundamentada pelo aumento dos informativos no site oficial, pode-se afirmar “que a construção do debate sobre diversidade sexual e de gênero é, também, um resultado de formação da consciência no MST” (MARIANO; PAZ, 2018, p. 295), o que se legitima através das atividades desenvolvidas pelo Coletivo LGBT Sem Terra através desse período, a exemplo de seminários⁸ para discussão da diversidade sexual e identidade de gênero, denúncias⁹ de violências contra população LGBT e conquistas¹⁰ através da produção enquanto organização coletiva.

Considerando as publicações em questão, recorre-se a metodologia de *Análise de Conteúdo* a partir de Bardin (1977, p. 42) ao apontar que o procedimento metodológico em questão trata-se de

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A partir de então, através da pré-análise e da exploração das 70 notícias sobre a questão LGBT Sem Terra no site oficial do MST, recorre-se a interpretação de dados a partir da categorização possibilitando a análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

As publicações foram analisadas através das técnicas em conformidade com Silva et al. (2017), que a partir de três *softwares*, sendo eles *LibreOffice*, *OpenRefine* e *Gephi*, culminou na produção de uma rede semântica, conforme apontado na figura 8, a partir de grafos articulando a relação entre as categorias.

8 Um exemplo são os seminários desenvolvidos sobre a questão LGBT. A exemplo dessa notícia do Seminário Internacional da Via-Campesina sobre Diversidade Sexual e de Gênero. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/12/15/seminario-internacional-da-via-campesina-discute-diversidade-sexual-e-de-genero/>>.

9 O MST clama por justiça a Lindolfo, militante Sem Terra, gay, assassinado pela homofobia. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/08/31/justica-por-lindolfo-quatro-meses-de-impunidade-marcam-assassinato-do-jovem-campones-lgbt/>>.

10 Em comemoração aos cinco anos do Coletivo LGBT Sem Terra, há o lançamento do livro LGBT Sem Terra: Rompendo Cercas e Tecendo a Liberdade. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/11/01/fortaleza-recebeo-lancamento-presencial-do-livro-lgbt-sem-terra-rompendo-cercas-e-tecendo-a-liberdade/>>.

materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.

Ao considerar a principal comunidade semântica, é notória a ênfase nas palavras “LGBT” e “Sem Terra”, fator que fundamenta o processo de construção do Coletivo em prol da conquista de espaços no Movimento. Através da análise de conteúdo em complementaridade com a aplicação de entrevistas com sujeitos LGBT Sem Terra, percebe-se que há uma unidade comum na identidade do Coletivo, justamente o ser LGBT Sem Terra, de modo indissociável, visto que há como separar um ser em dois – LGBT ou Sem Terra – a identidade é una e a conquista crescente de visibilidade no Movimento é a expressão da territorialidade da diversidade sexual e de gênero presentes no MST.

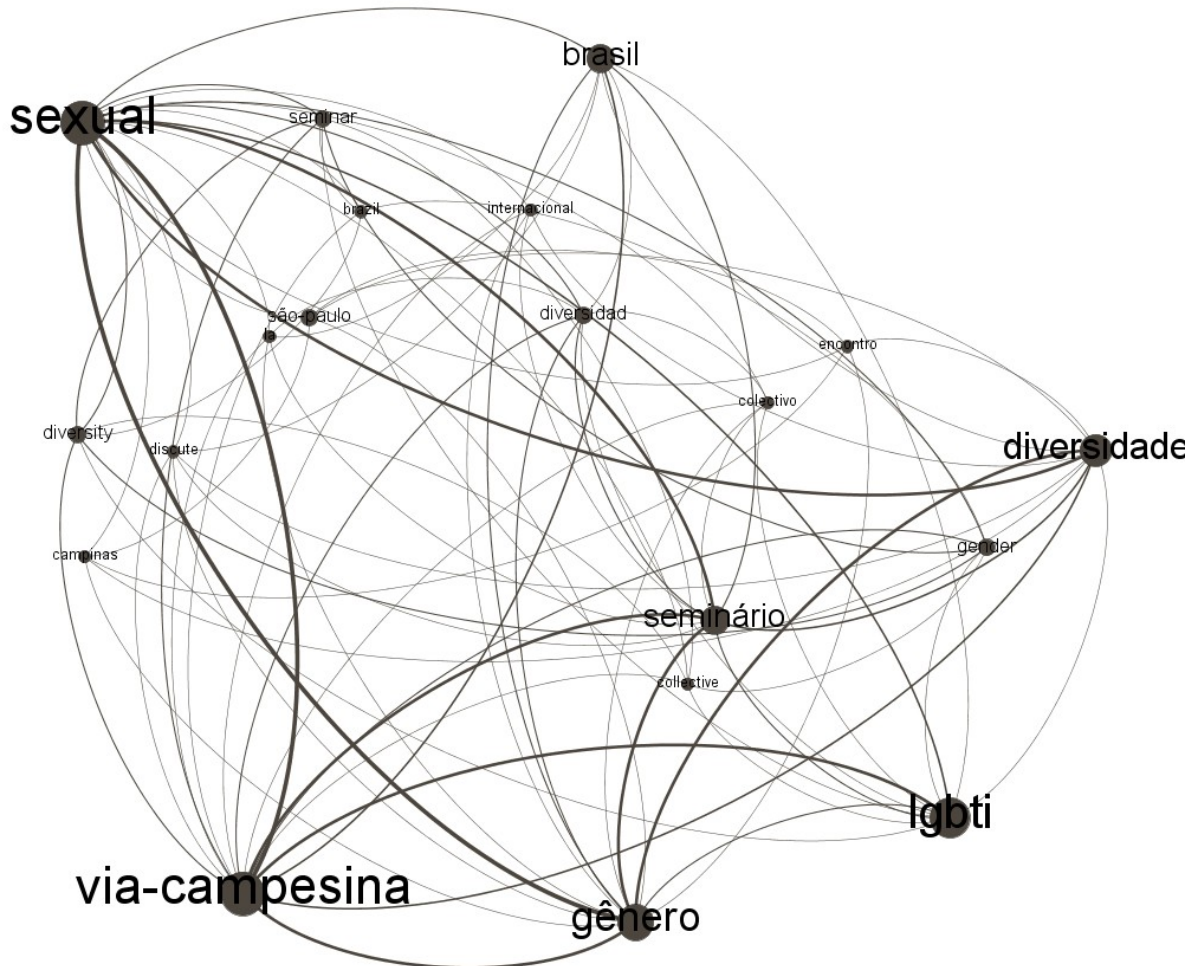
Considera-se os Movimentos de bases sociais na busca por transformações da sociedade, busca-se a união das lutas, visto que conforme aponta Silva; Ornat; Junior (2016, p. 24) “os movimentos sociais pautados na luta contra o racismo, o heterossexismo, o sexismo e a xenofobia não podem ser vistos como fragmentadores da possibilidade de reivindicação por justiça, mas devem ser considerados como aliados à luta de classe”. Em detrimento disso, dividir as lutas entre camponeses e LGBT corrobora ao sustento do sistema capitalista-patriarcal. A construção do Coletivo possibilita, então, a territorialização da luta LGBT no MST unindo forças contra o capitalismo e o patriarcado na busca por uma sociedade justa e livre das cercas dos latifúndios.

Nessa perspectiva, a partir da análise em questão, o termo “Sem Terra” representa 25,71% de evidência na rede semântica, já o termo “LGBT” corresponde a 28,57%, o que assegura que o foco como as notícias sobre diversidade sexual e de gênero são publicadas, reforçam a construção da identidade una através da concepção do ser LGBT Sem Terra sendo ela a identificação da existência de sujeitos LGBT no MST.

Além disso, faz-se necessário identificar a relação dos termos de maior evidência com as outras palavras, a exemplo da associação com “LGBTfobia”, “liberdade” e “coletivo”, apontando que existem questões sobre preconceito no campo em volta de sujeitos LGBT e a busca pela liberdade sexual, sendo o Coletivo uma possibilidade de denunciar a LGBTfobia e também, entendido enquanto grupo que luta pela liberdade sexual no campo.

A segunda comunidade semântica em evidência é marcada pelos termos “sexual”, “via-campesina”, “gênero”, “diversidade” e “LGBTI”, sendo identificada através da figura 10.

Figura 10: Rede de Grafos via Campesina-Gênero-Diversidade



Fonte: Autoria própria.

À vista disso, faz-se necessário articular a relação entre a Via Campesina e o MST e, como essa organização de movimentos sociais camponeses se articula com os demais termos em evidência. A Via Campesina, fundada em 1993, se constitui enquanto uma organização mundial de movimentos camponeses contra o agronegócio e em defesa da Reforma Agrária

(FERNANDES, 2008). O MST, enquanto movimento socioterritorial camponês, constitui a Via Campesina, fazendo jus a presença da organização enquanto conteúdo de relevância.

A Via Campesina, considerando a organização entre Movimentos, se insere no desenvolvimento do debate sobre diversidade sexual e de gênero, constituindo então o Coletivo LGBTI da Via Campesina, articulando a luta pelo reconhecimento da existência de pessoas LGBT no campo ao Coletivo LGBT Sem Terra visto que

A luta da Via Campesina não envolve somente a dimensão econômica estrita, mas também um projeto de sociedade que supere as relações de opressão e dominação e contribua na construção de relações sadias de cuidado com a terra, meio ambiente e a vida, por isso tem incorporado o debate sobre igualdade de gênero fortalecendo a participação e o protagonismo das mulheres nos últimos anos. (VIA CAMPESINA, 2020, p. 7)

O avanço da diversidade é um ponto crescente entre os camponeses frente a expressão do patriarcado na sociedade a partir do controle de corpos feminino e os corpos fora de padrões hegemônicos. À vista disso, o projeto de sociedade do MST é comum ao projeto de sociedade da Via Campesina, justificando o crescente eixo temático entre questões LGBT, gênero, diversidade e sexualidade.

O projeto de sociedade pelo qual lutamos e ousamos construir deve considerar que todos os seres humanos – de todas as cores, raça/etnia e crenças – devem viver, serem livres para amar, que a diversidade e a liberdade sexual também integram este projeto de liberdade da terra, de produção de alimentos e relações humanas saudáveis. (VIA CAMPESINA, 2020, p. 9)

Negar a existência de sujeitos LGBT no campo é uma inverdade que acentua a invisibilidade, por conseguinte, faz-se crescente a territorialização constituída através dos Coletivos por meio de seminários e demais ações de formação de base, a exemplo do lançamento da cartilha de estudos¹¹ do Coletivo LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexos) da Via Campesina e do lançamento do livro¹² “LGBT Sem Terra rompendo cercas e tecendo à liberdade” pelo Coletivo LGBT Sem Terra.

O terceiro eixo de análise diz respeito à evidência dos termos “luta” e “resistência”, a partir dessa ênfase, é fundamental articular tais termos juntamente os outros de maior

11 Notícia vinculada à área de notícias do MST sobre LGBT Sem Terra informando o lançamento da cartilha de estudos LGBTI na Via Campesina e a realização da Primeira Plenária LGBTI do Campo. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/12/04/via-campesina-brasil-realiza-la-plenaria-lgbti-do-campo-e-lanca-cartilha-de-estudos/>>

12 Notícia vinculada à área de notícias do MST sobre LGBT Sem Terra acerca do lançamento do livro fruto do desenvolvimento do Coletivo LGBT Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/05/14/lancamento-do-livro-lgbt-sem-terra-rompendo-cercas-e-tecendo-a-liberdade/>>

Luta e resistência fundamentam o contexto de formação do MST – em que se fez presente o compromisso na luta contra o latifúndio, pela Reforma Agrária Popular e por mudanças sociais – e a crescente busca por direitos em prol da diversidade sexual e de gênero no Brasil frente ao conservadorismo acentuado com o período ditatorial marcado pela redemocratização do país. Considerando tais marcos, luta e resistência são expressões dos Movimentos em prol de direitos sociais. Entende-se, então, a indissociabilidade entre os termos, visto que frente aos desafios enfrentados por sujeitos Sem Terra e por sujeitos LGBT Sem Terra, faz-se presente lutas por direitos básicos. Tem-se como exemplo dos processos de conquistas desde assentamentos até o próprio reconhecimento da diversidade sexual no interior do Movimento.

À vista da luta envolta dos conteúdos LGBT Sem Terra destacam-se os processos de conquistas a partir da resistência no campo evidenciados através da informação, promulgando visibilidade, a corpos invisibilizados socialmente pelo controle da sexualidade galgado no capitalismo-patriarcal. Frente a resistência LGBT, foi possível assegurar conquistas como o desenvolvimento do debate contra a LGBTfobia¹³ no campo, além de acampamentos pedagógicos¹⁴ envolvendo arte e luta contemplando o desenvolvimento do debate da diversidade sexual e de gênero no campo e, de projetos acerca da saúde da população LGBT, a exemplo da parceria com Fiocruz a partir do projeto “Saber Protege”¹⁵.

A partir da análise da rede semântica, percebe-se a relação entre a identidade LGBT Sem Terra com pautas comuns a fundamentos básicos do MST como luta por direitos sociais e por justiça social (MST, 2018), a partir da relação entre luta e resistência com ênfase, na análise em questão, a sexualidade, gênero e a sujeitos LGBT.

A construção da territorialidade do Coletivo no MST expressa a constituição da identidade dos sujeitos LGBT Sem Terra, Saquet; Briskievicz (2009, p. 8) asseguram que “a

13 Notícia vinculada à área de notícias do MST sobre LGBT Sem Terra a partir da indagação para desenvolvimento do debate da LGBTfobia. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/09/21/juventude-sem-terra-desafia-educadores-a-avancar-na-luta-contra-a-lgbtfobia-nas-escolas-do-campo/>>

14 Notícia vinculada à área de notícias do MST sobre LGBT Sem Terra informando sobre acampamento Sem Terra com atuação do Coletivo LGBT Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/04/17/semear-arte-e-luta-diario-da-juventude-sem-terra-6o-dia-de-acampamento/>>

15 Notícia vinculada à área de notícias do MST sobre LGBT Sem Terra sobre o desenvolvimento do projeto “Saber Protege” em parceria com o MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/05/17/mst-e-fiocruz-criam-projeto-com-ênfase-no-direito-a-saude-da-populacao-lgbt/>>

identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos”, e a territorialidade, conforme Saquet (2015, p. 75) “significa as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território.”.

Considerando essa perspectiva, através da crescente atuação do Coletivo LGBT Sem Terra no MST, comprovadamente a partir do aumento de publicações referente a diversidade sexual e de gênero de 2015 a 2021, pode-se compreender a expressão da territorialidade conquistada de maneira processual com o desenvolvimento de gestão do Coletivo. A territorialidade é entendida enquanto inexorável a identidade, visto que

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no tempo, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET, 2015, p. 86)

O que assegura a indissociabilidade entre territorialidade e identidade, é que os sujeitos LGBT Sem Terra ao expressar relações no campo não dissocia o ser Sem Terra do ser LGBT, ou seja, tem-se a identidade enquanto a expressão da territorialidade e a territorialidade como produto das relações de poder territorializadas. Haesbaert (2015, p. 103), aponta que “embora todo território tenha uma territorialidade [...], nem toda territorialidade [...] possui um território”. Entende-se que o MST é detentor de uma identidade Sem Terra e que, com a constituição do Coletivo LGBT Sem Terra, a partir da territorialidade LGBT Sem Terra, constituiu-se uma nova identidade, assegurando a territorialização LGBT no MST.

3.2 Espaço-território: análise de territorialidades lésbicas a partir do Coletivo LGBT Sem Terra

O desenvolvimento do Coletivo LGBT Sem Terra foi central para a constituição do debate de diversidade sexual e identidade de gênero, até então, invisibilizados no MST. Nesse âmbito, considerando a territorialidade LGBT Sem Terra enquanto expressão da identidade do Coletivo, o MST (2018, p. 6) assegura que

Tem como tarefa debater o tema da diversidade sexual desde a base à militância, para sairmos da ignorância e rompermos com nossos preconceitos, que só geram discriminação e violência em nosso meio, alimentando o projeto do capital e enfraquecendo nossa luta ao nos dividir. A discriminação nos divide, o respeito e a diversidade nos unem.

Nesse ínterim, entende-se que há um crescente espaço de desenvolvimento do debate acerca da diversidade sexual e identidade de gênero no MST. À vista disso, se faz necessário atentar para relação da vigente construção com o Setor de Gênero no MST, pois de acordo com Mariano; Paz (2018, p. 305)

Não poderíamos falar da organização das LGBTs no MST sem nos referir ao setor de gênero e a relação estabelecida entre a organização das mulheres e sujeitos da diversidade sexual, por, pelo menos, dois motivos. O primeiro tem a ver com a delimitação do inimigo que é comum, ou seja, com o entendimento de quais estruturas são responsáveis pelas relações de exploração e dominação que subjagam tanto as mulheres quanto as LGBT. O segundo se refere à organicidade do MST e ao papel fundamental que a organização do setor de gênero desempenhou, sistematizando e abrindo portas para que outros debates pudessem ser construídos.

Considerando tal apontamento, faz-se necessário um recorte de gênero e sexualidade na análise em questão: mulheres lésbicas. Conforme mencionado no capítulo 1 deste trabalho, o capitalismo, enquanto modo de produção, se reproduz socialmente a partir da divisão social – sexual – do trabalho, constituindo a ideia de família heterossexual enquanto padrão hegemônico reprodutor da sociedade de classes. Frente ao debate sobre gênero e sexualidade a partir do capitalismo, recorre-se a Nogueira; Pereira; Toitio (2020, p. 42) ao apontarem que

A divisão sexual do trabalho pressiona para criar dois gêneros, um feminino e outro masculino, e os cria compulsoriamente como heterossexuais, em que apenas um pode desejar o outro. Isso porque a complementariedade estabelecida nas relações de gênero e a construção da família patriarcal como instituição social só se desenvolvem numa relação heterossexual. Por isso, pensar a construção das relações de gênero significa pensar também sobre a construção das sexualidades hegemônicas. O heterossexismo expressa, assim, um dos fundamentos das desigualdades entre homens e mulheres e da violência por elas sofrida.

Nesse sentido, considerando a relação entre capitalismo e patriarcado, entende-se que o capitalismo não é o inventor do patriarcado, mas é potencializador de relações patriarcais a partir do reforço da heterossexualidade enquanto fundamento da família patriarcal. Nesse ínterim, seres humanos enquanto sujeitos sociais são formados pela sociedade através de relações interpessoais influenciadas por modelos comportamentais oriundos do sistema capitalista-patriarcal que impõem o padrão heterossexual enquanto norma social, assim,

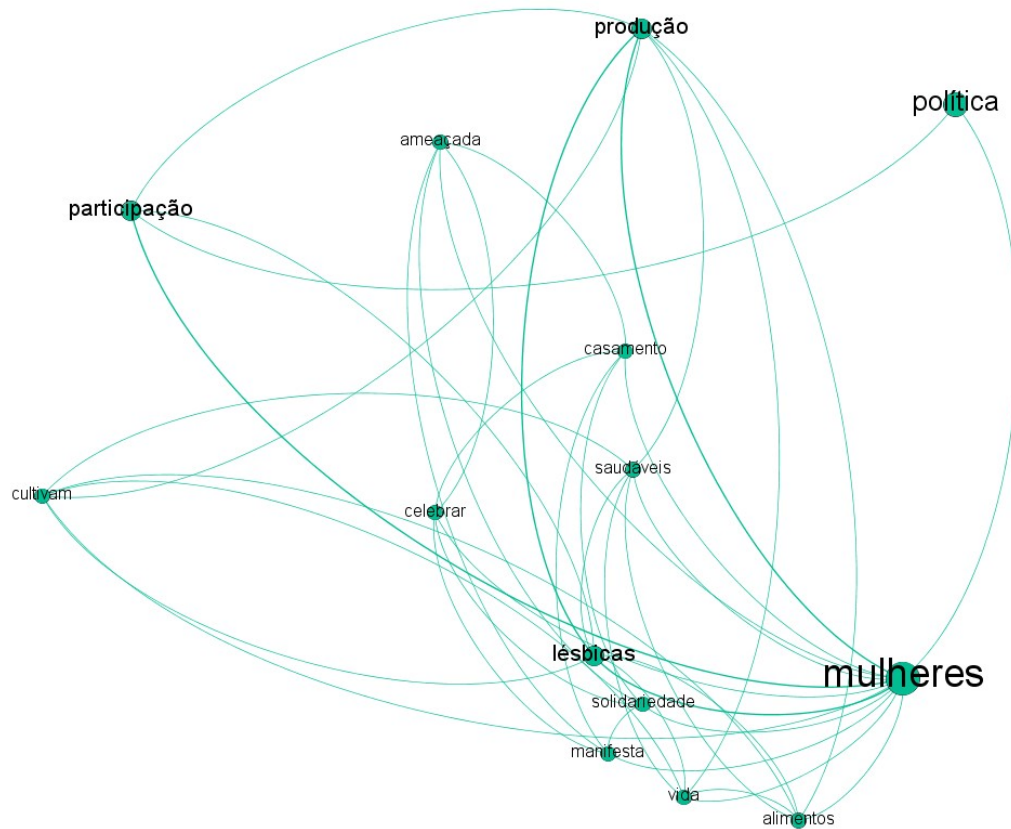
outras expressões de sexualidade são consideradas desvio (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020).

A partir da manutenção da heterossexualidade galgada pelo patriarcado, Rich (2010) aponta que o poder masculino ao se manifestar reforça a heterossexualidade sobre as mulheres as convencendo do padrão heterossexual compulsório, mantendo, dessa forma, o controle da sexualidade feminina. Nessa ótica, gênero e sexualidade são compreendidos enquanto categorias indissociáveis, visto que, mulheres lésbicas são julgadas socialmente no âmbito do gênero e da sexualidade, podendo ainda, haver o recorte a partir da raça, classe social, idade, local de origem, capacidades físicas, credos religiosos e demais interseccionalidades acerca da identidade em questão.

A partir da construção da identidade (L)GBT no MST, faz-se necessário a manutenção da territorialização lésbica através da construção de espaços, visto que, dentre a análise das notícias acerca da diversidade sexual e de gênero, no universo de 70 publicações, 9 delas trabalham a sexualidade a partir da identidade lésbica, sendo que dessas 9, 2 são traduções, sendo uma em espanhol e outra em inglês. A partir das publicações, há um recorte em detrimento da rede semântica, sendo evidenciada outra comunidade semântica conforme figura 12¹⁶.

16 Fonte: Autoria própria.

Figura 12: Rede de grafos Mulheres-Lésbicas



Fonte: Autoria própria

A partir do grafo de rede em questão, articula-se a territorialidade lésbica aos espaços-territórios constituídos pelo Coletivo LGBT Sem Terra no MST. Evidencia-se o termo “mulheres”, referente ao recorte de gênero, e o termo “lésbicas”, no âmbito da sexualidade, entretanto, as demais relações não constituem a territorialidade lésbica enquanto identidade LGBT Sem Terra. Nessa ótica, relaciona-se o espaço e o território, considerando o espaço o meio do desenvolvimento territorial, e, conseqüentemente, da expressão das relações LGBT a partir do espaço-território como ferramenta da constituição da identidade lésbica, visto que, “a espacialização e a territorialização são os processos pelos quais esses movimentos se tornam

dinâmicos, manifestando territorialidades que estão em desacordo com a ordem vigente.”. (PEDON, 2009, p. 174)

A existência lésbica, em conformidade com Rich (2010), perpassa a negação da heterossexualidade compulsória, o que rompe com a lógica masculina de domínio sobre a mulher, sendo a recusa a lógica patriarcal, entendida enquanto um ato de resistência. À vista disso, ao considerarmos a identidade lésbica enquanto resistência ao patriarcado, o espaço-território galgado a partir da sexualidade feminina é reformado subvertendo a ordem social heterossexista. O heterossexismo, então, ao controlar a sexualidade feminina, a partir de uma lógica compulsória, invisibiliza mulheres lésbicas. Nesse âmbito, Rich (2010, p. 36) aponta que

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez.

A homossexualidade, apesar de contemplar a relação sexual entre indivíduos do mesmo gênero, não assegura a identidade lésbica, pois a homossexualidade não remete a visibilidade feminina, visto que a constituição do movimento homossexual no Brasil se formou fundamentalmente por homens gays, culminando em esforços para afirmação da identidade lésbica (ALMEIDA; HEILBORN, 2008). Nesse âmbito, Diniz (2012, p. 4) advoga que

Até o século XIX, a palavra lésbica praticamente não existia, o que existiam eram termos que nomeavam uma série de atos, nos quais as pessoas que os praticavam eram desconsideradas e, por conseguinte, a dificuldade de nomear impossibilitava o reconhecimento de existência. Eram necessários estudos específicos sobre essas relações entre mulheres, para que houvesse maior visibilidade.

A identidade lésbica culmina na visibilidade lésbica, entretanto, a constituição – formação – se fundamenta a partir de relações espaciais. Considerando a sociedade sob a lógica capitalista-patriarcal, o espaço é marcado por normas heterossexuais, patriarcas e brancas (SOUZA; FELICIANO, 2020). Nesse âmbito, a espacialização-territorialização de mulheres lésbicas, é menos evidente que a de homens gays, pois é “a partir da militância que, historicamente, dá-se visibilidade às lésbicas e às suas práticas, seja a partir do nomear ou mesmo do direito à palavra pública desses sujeitos históricos, que foram silenciados por uma cultura ocidental, heterossexual.” (DINIZ, 2012, p. 6).

Isto posto, considerando a relação da territorialidade (L)GBT Sem Terra, evidencia-se Penélope, militante lésbica do MST e integrante do Coletivo, ao apontar o caráter processual da formação da territorialidade LGBT a partir da territorialização no Movimento.

O Coletivo, na verdade, tivemos uma primeira reunião em 2015 na Escola Nacional Florestan Fernandes e aí, com LGBT's do Movimento como um todo, mas assim, ainda muito poucos, porque estava começando se organizar isso, é, essa foi a primeira reunião realmente para o Coletivo, não que já não existissem LGBT's no Movimento, sempre existiram. Mas foi a primeira vez que se reuniu para estudo, né? Para estudo voltado para o tema e aí depois disso, foram feitos alguns seminários em 2016 e aí todo ano a gente tinha seminário na ENFF, foram feitas também intervenções em reuniões do Coletivo Nacional, da Direção Nacional do MST, também tivemos um pouco antes de, acho que foi 2014, 2012, a bandeira LGBT pela primeira vez coloca no Congresso Nacional do MST, no espaço mais importante dentro do Movimento, e a partir daí foram se criando esses seminários na ENFF e cursos também regionalizados, seminários regionalizados, né, que são nacionais, na Escola Nacional Florestan Fernandes e cada estado organiza o Coletivo de uma forma, então, em cada estado você tem cursos ou participação das LGBT's, é, em todo processo do Movimento, em todas as instâncias e setores. (Penélope, lésbica, militante LGBT Sem Terra – RJ)

Em complementaridade, Thais, militante bissexual do MST, aponta a constituição processual da territorialidade LGBT através da territorialização de espaços do Movimento, ao se remeter a uma atividade desenvolvida pelo MST em que a juventude LGBT queria se expressar espacialmente. Tal colocação pode ser compreendida a partir da entrevista em que foi apontado sobre uma lembrança acerca do questionamento dos espaços LGBT no MST.

Eu lembro que eu tava em um momento da vida pessoal né, que é um momento de, é, eu acho todo mundo que é LGBT passa um pouco por isso assim, que é aquele momento, assim, de você estar se descobrindo, você já saiu do armário, você já assumiu relacionamento e tudo, com outras pessoas do mesmo gênero, as pessoas já te reconhecem dessa maneira, é, só que, você ainda está tateando, tentando entender, como, de forma eu ia me expressar, de que maneira eu ia estar melhor naquele espaço e tentando lidar com essas relações, né, gênero, vida pessoal, militância, essas coisas, então, de que maneira eu me coloco nos espaços, né? [...] Eu lembro de uma vez que a gente foi numa quermesse e a gente queria expressar que a gente era LGBT, era quermesse da Igreja em uma das relações do Movimento, e a gente tava se questionando em relação a isso, entendeu? (Thais, bissexual, militante LGBT Sem Terra – RJ)

Desse modo, a partir da análise da rede de grafos: mulheres-lésbicas e das entrevistas realizadas, entende-se que a territorialidade (L)GBT perpassa um processo de construção a partir da territorialização. À vista disso, ressalta-se que

O território é uma condição elementar da existência, e não somente um acostamento para a sociedade. Ele expressa uma forma de apropriação (territorialização) que enseja identidades (territorialidades) em constante transformação, são dinâmicos e mutáveis, e concretizam uma determinada ordem num determinado momento. O território pressupõe um espaço geográfico que é apropriado, nesse processo, o material e o simbólico se fundem. (PEDON, 2009, p. 155)

Dado o exposto, elucida-se que a identidade lésbica, no âmbito do MST, se constitui em conjunto com a identidade LGBT Sem Terra, haja vista que, a territorialidade LGBT no Movimento se constitui a partir do Coletivo LGBT Sem Terra enquanto agrupamento constituído por sujeitos LGBT que unem o debate da sexualidade ao projeto de mudanças sociais através da organização LGBT visto que, “assim como rompemos com as cercas do latifúndio que concentram a terra, o poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar.”. (MST, 2018 p. 22)

3.3 MST: “o sangue LGBT também é sangue Sem Terra”

A partir da construção do Coletivo LGBT Sem Terra inicia-se o processo de territorialização LGBT no MST e a territorialidade se constitui concomitantemente à formação da identidade LGBT Sem Terra. À vista disso, elucida-se o caráter processual da construção identitária LGBT no MST. Nesse âmbito, evidencia-se a partir do documentário “*LGBT Sem Terra: o amor faz revolução*”, de produção do Movimento, como marca aos cinco anos de Coletivo no ano de 2020. Nesse ínterim, considerando que a territorialidade, em conformidade com Saquet (2015, p. 108) “assume também o caráter de mobilização, organização e luta política em favor de um desenvolvimento mais equitativo”. Entende-se a produção do documentário como expressão da territorialidade LGBT Sem Terra culminando na visibilidade LGBT.

Acerca da visibilidade, recorre-se a Gomes (2013, p. 33) ao apontar que “a visibilidade é um fenômeno que está estreitamente relacionado à posição daquilo que é visto no espaço”. A partir de então, compreende-se o documentário enquanto composição visual acerca da vivência LGBT enquanto expressão da territorialidade-espacialidade. Nesse âmbito, Pedon; Monteiro; Motter (2012, p. 122) apontam que

Um movimento socioterritorial é ao mesmo tempo um movimento por autodefinição, já que tem como objetivo afirmar uma representação de si

mesmo, como indivíduo ou grupo, que se apropriaria de um espaço. Esta autodefinição constitui-se dentro de um espaço maior, onde as relações de poder estão arranjadas de forma a dar sentido ao ordenamento no território. Impor sua territorialidade, imprimir no espaço o conjunto de seus valores, ideias e vontades faz com que a conquista do território seja um trunfo para os movimentos socioterritoriais. Não é possível separar a experiência de resistência das territorialidades.

Sendo a resistência indissociável das territorialidades, o documentário se inicia apresentando a face de sujeitos LGBT Sem Terra dotados de multiplicidades, apresentando mulheres desfeminizadas, homens afeminados, sujeitos plurais, homens, mulheres, pretos, brancos, transexuais e travestis sob diferentes faixas etárias a fim de mostrar visualmente a identidade da pluralidade de sujeitos que compõem a luta pela terra sob a música “Não Recomendado”, de Caio Prado, que versa sobre o controle a corpos de sujeitos dissidentes, que por não estarem sob a normativa heterossexual, são entendidos como não recomendados a sociedade.

Desse modo, é ressaltado o caráter processual da identidade LGBT no MST, em que gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e quaisquer outra forma de orientação sexual e identidade de gênero, sempre estiveram presentes no Movimento, mas não com a pauta específica da diversidade sexual e de gênero sob a perspectiva de construir espaços de organização para que o conhecimento aprofundado. Sobre o processo da construção da territorialidade-identidade LGBT, Erivan Hilário, integrante do Coletivo LGBT Sem Terra — DF, aponta no documentário que

Desde o início do MST, nós LGBT sempre nos fizemos presente, né. Não com nossa pauta específica mas, como sujeitos que estávamos lá, ajudando a construir um Movimento. É, nos últimos anos, nós vamos acumulando enquanto MST, né. enquanto sujeitos LGBT dentro da organização no sentido de buscar construir um espaço de auto-organização para que a gente pudesse, então, aprofundar o conhecimento em torno da diversidade sexual e ao mesmo tempo começar a ventilar possibilidades organizativas. A nossa bandeira é para romper com o latifúndio da terra, mas também com para romper e acabar com patriarcado, com machismo e que nós não podemos enquadrar as formas de amar, né. Se nós lutamos por uma sociedade mais justa e igualitária, se faz necessário que pautas como essas, elas sejam cada vez mais enraizadas para o interior dos movimentos populares, em especial o MST. (Erivan Hilário, 2020, LGBT Sem Terra: O Amor Faz Revolução)

Nessa perspectiva, entende-se a formação do Coletivo enquanto forma de organização da luta pelo direito de amar e ser livre independente de gênero ou sexualidade, caracterizando

assim, a indissociabilidade da identidade LGBT Sem Terra e da identidade Sem Terra. Desse modo, atenta-se para construção da territorialidade LGBT Sem Terra, visto que o MST, após a integralização do debate da diversidade sexual e de gênero aponta que os sujeitos LGBT estão em todas as organizações do Movimento e que diante da luta por transformações sociais, “não podemos mais aceitar que tenham que esconder quem são para serem aceitos em nossa organização, o sangue LGBT também é sangue Sem Terra.”. (MST, 2018, p. 7)

Em complementaridade, é apontado ainda no documentário acerca da importância da constituição da identidade LGBT Sem Terra, entendida neste trabalho enquanto indissociável da territorialidade, haja visto que

As territorialidades estão diretamente vinculadas às identidades e às diferenças, sem se descolarem das temporalidades, por isso, são pluridimensionais, ou seja, correspondem às relações sociais, às apropriações, às aspirações e às práticas espácio-temporais econômicas, políticas, culturais e ambientais. (SAQUET, 2015, p. 113)

Nesse âmbito, a constituição da territorialidade envolve o processo de identificação no outro a partir de um grupo comum, a exemplo da identidade Sem Terra em sua multiplicidade de faces, incluindo o agrupamento identitário acerca do ser LGBT Sem Terra culminando na identificação de iguais — sujeitos que rompem com o padrão vigente heterossexual —, a partir do processo de territorialização, desenvolvimento pela formação do Coletivo, que por sua vez, é entendido enquanto um movimento de apropriação do espaço galgado por relações sociais acerca de normativas, conflitos, diferenças e identidades (SAQUET, 2015), que corrobora, assim, no rompimento das cercas — patriarcado e machismo — que controlam corpos LGBT's.

Desse modo, elucida-se a colocação da constituição da territorialidade-identidade abordada por Maysa Matias, integrante do Coletivo LGBT Sem Terra - MG, no documentário ao apontar que

Quando você dá um passo à frente de entender que é necessário que eu assumo essa identidade política, para que outras companheira e outros companheiros LGBT's também enxerguem a possibilidade de sim, eu posso vivenciar a minha sexualidade, porque fulano também vivencia a sexualidade dele, a gente dá um passo além, e, a gente dá um passo também no sentido do enfrentamento as estruturas políticas, né. No enfrentamento a uma lógica que tá dada, e que não assumida e silenciando, né, voltando para dentro do armário, digamos assim, que não é possível fazer o enfrentamento cotidiano, né. A gente vai vivenciando as violências, as opressões, mas a gente não se

coloca, né, isso gera uma série de outras problemáticas que vai influenciar diretamente até no destino da vida de muitos LGBT's, né. (Maysa Matias, 2020, LGBT Sem Terra: O Amor Faz Revolução)

Compreende-se, então, o papel fundamental da formação da territorialidade LGBT Sem Terra para que os sujeitos LGBT consigam se ver enquanto grupo representativo dotado de uma identidade coletiva acerca de lutas comuns. Em detrimento disso, a relação territorialidade-identidade possui caráter processual a partir da identificação de um grupo sob seu território constituída por relações sociais e de rede, por práticas espaço-temporais dotadas de intencionalidades e constituída por diferentes identidades. (SAQUET, 2015)

Nesse ínterim, considerando a pluridimensionalidade constituída nas territorialidades, recorre-se a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica pois “fornece uma estrutura de intersecção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade global” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 33). À vista disso, ao analisar uma organização social — Coletivo LGBT Sem Terra —, dotada de territorialidades, busca atentar-se aos diferentes marcadores sociais incluindo raça, gênero, idade, orientação sexual e demais características de dado grupo. A partir de então, Maysa Matias do Coletivo LGBT Sem Terra - MG, aponta, também, acerca das identidades constituída em corpos dissidentes que “só de existir e ocupar determinados espaços de poder, essas relações e essas desavenças elas já incomodam, né?”. Nós incomodamos só por existir, Sem Terra incomoda por existir, mulher incomoda por existir, lésbica, negra, se for tudo isso então.”.

A identidade, conforme Saquet (2015, p. 123) “é plural, o ser e não-ser constituem-se e estão presentes na territorialização, nas territorialidades e nas temporalidades”, nesse sentido, reforça-se a identidade enquanto uma construção e não pelo o que é dado, e por isso que recorre-se a interseccionalidade na compreensão da multiplicidade de sujeitos LGBT, haja visto que, a discriminação em relação a diversidade sexual e a identidade de gênero, além da imposição da heterossexualidade enquanto padrão, são frutos de um sistema de opressões articulados. (COLLINS; BILGE, 2021) Nesse sentido, a expressão da identidade enquanto forma de se colocar no mundo, perpassa diferentes análises para cada sujeito social. Ser mulher na sociedade capitalista é entendido sob uma perspectiva, ser mulher lésbica é ser vista de outra forma, ser mulher lésbica e preta perpassa outra instância, mesmo que sejam identidades comuns, são marcadas por constituições sociais diferentes.

No documentário, acerca da construção da territorialidade LGBT Sem Terra, percebe-se a necessidade da análise interseccional acerca da diversidade sexual e de gênero a partir da colocação de Maysa, ao apontar que

Você não fragmenta o sujeito, né? Não tem como hoje eu falar, 'ah, hoje eu me sinto mais lésbica' ou 'eu me sinto mais mulher', ou eu falar, 'ah, não, mentira, agora eu me sinto negra né', na verdade essa compreensão do corpo enquanto campo de batalha e esse campo de batalha, que ora lida mais com o racismo, ora lida com o machismo, ora lida com a lesbofobia, e ora lida com isso tudo ao mesmo tempo, é porque você não consegue separar a origem dessa violência, a origem dessa opressão. É algo que dói, só que ao mesmo tempo, como que a gente reconstrói? Transforma na verdade, essas formas de violência num processo de resistência e enfrentamento, né? De entender que não é o indivíduo, mas que isso é estrutural. (Maysa Matias, 2020, LGBT Sem Terra: O Amor Faz Revolução)

A expressão social do sujeito é indissociável da constituição do indivíduo, não há como separar as identidades perante a multiplicidade que compõem o mesmo corpo, visto que, o recorte social sobre o corpo perpassa a expressão social. Ser Sem Terra é uma expressão da identidade, ser LGBT Sem Terra é outra expressão do ser Sem Terra, entretanto, indissociável, visto que não há separação entre o sujeito LGBT e o sujeito Sem Terra no âmbito de inserção no Movimento. Haja vista, ao se constituir uma identidade a partir da pluralidade de marcadores sociais, “podemos afirmar que a produção de territorialidades LGBT Sem Terra é condicionada pela produção da identidade LGBT Sem Terra, pois como já vimos a territorialidade é produzida na escala especialmente do simbólico.” (FILETO, 2020 p. 55)

A partir da construção de territorialidades LGBT expressas pelo Coletivo e desenvolvidas no Movimento, entende-se que o corpo do sujeito Sem Terra, ao se identificar enquanto sujeitos LGBT Sem Terra é constituído por marcadores e além do estigma e preconceito por ser Sem Terra, tem sua identidade marcada pela LGBTfobia, sendo esse um dos pontos de desenvolvimento do debate da diversidade sexual e de gênero no MST, na busca pela “construção de uma sociedade aonde possamos exercer livremente nossa sexualidade e nosso direito de amar.” (MST, 2018, p. 19)

4 LGBT SEM TERRA FORA DO ARMÁRIO: A EXPRESSÃO DA LGBTFOBIA

A constituição da identidade LGBT Sem Terra a partir do Coletivo desenvolveu a visibilidade da diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, ao passo que sujeitos LGBT asseguram a visibilidade rompendo com as cercas que nos privam de viver e amar, a LGBTfobia se expressa enquanto preconceito a identidades contra-hegemônicas. A partir de então, busca-se entender a LGBTfobia enquanto prática de invisibilidade social. Para tanto, trabalha-se a partir de cinco pontos estruturantes através da visibilidade – estar fora do armário – e da invisibilidade a partir do preconceito contra identidades plurais enquanto expressão da LGBTfobia.

O primeiro ponto engloba a compreensão das identidades plurais a partir das diversidades sexuais e das distintas expressões de gênero, visto que tais marcadores perpassam as relações sociais influenciadas pelo sistema capitalista-patriarcal. De modo complementar, adentra-se na ótica da LGBTfobia enquanto forma de controle da diversidade sexual e de gênero, considerando a análise através de dados sobre corpos LGBT acerca da violência galgada pelo conservadorismo e acentuada pela falta de políticas públicas que assegurem a integridade de sujeitos LGBT.

Nesse sentido, desenvolve-se a análise a partir da realidade do Coletivo LGBT Sem Terra por meio das notícias do site oficial do MST, em que a denúncia da violência e do preconceito se fazem presente no interior do Movimento galgada pelo assassinato de militantes LGBT Sem Terra diante da diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de fortalecimento da identidade LGBT e para tal faz-se necessário se livrar do controle patriarcal e das amarras do capital, pois, frente a LGBTfobia: nenhum minuto de silêncio.

4.1 Identidades Plurais: diversidade sexual e identidades de gênero

A sexualidade se constitui enquanto parte do ser humano expressa pela e na sociedade enquanto um conjunto de práticas sociais físicas e afetivas, em conformidade com Nogueira; Pereira; Toitio (2020). Em complementaridade, a partir da articulação entre gênero e

sexualidade, Saffioti (2015) alerta que o gênero perpassa uma categoria histórica de investigação entendido como um conjunto de normas sociais que formam homens e mulheres sob a lógica masculina e feminina, porém não se restringe a tal, considera a ampliação do conceito para o entendimento das relações homem-homem e mulher-mulher.

Nesse íterim, busca-se adentrar no âmbito da sexualidade e do gênero para compreender diversidades sexuais e identidades de gênero. À vista disso, recorre-se a cartilha desenvolvida sob responsabilidade do Ministério Público Federal (MPF): “O Ministério Público e os direitos LGBT: conceitos e legislação”, ao apontar que “a sexualidade humana é percebida, na atualidade, como um conjunto de práticas e significados que, sem negar a biologia, estruturam identidades e definem relações de poder na sociedade.”. (MPF, 2017, p. 8) Desse modo, compreende-se que o entendimento da sexualidade envolve práticas sociais, biológicas e identidades, sendo a diversidade sexual a multiplicidade de expressões da sexualidade humana.

No âmbito da sexualidade, elucida-se a orientação sexual, entendida enquanto a “atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”. (MPF, 2017, p. 9), sendo então, a expressão da vivência da sexualidade, majoritariamente, a partir da homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade ou assexualidade. A homossexualidade diz respeito a atração sexual, afetiva ou emocional por pessoas do mesmo gênero, constituindo uma relação homem-homem ou mulher-mulher. A heterossexualidade diz respeito a atração sexual, afetiva ou emocional por pessoas do gênero oposto, sendo compreendida pela relação homem-mulher. A bissexualidade contempla a atração sexual, afetiva ou emocional por dois gêneros, perpassando relações mulher-mulher e mulher-homem, ou, homem-homem e homem-mulher. A assexualidade perpassa a ausência da atração sexual por qualquer gênero. (MPF, 2017)

Na perspectiva do gênero, elucida-se o apontamento do MST (2018, p. 10) ao enfatizar que “gênero diz respeito às construções sociais, políticas e culturais sobre o ser homem ou ser mulher. Remete às características atribuídas na história ao sexo feminino e ao sexo masculino.” Sendo assim, entende-se o gênero enquanto uma construção social a partir do sexo perpassando um processo de identificação independente do sexo biológico, podendo se

desenvolver a identidade masculina ou feminina. À vista disso, o Manual de Comunicação LGBTI+ (2018, p. 17) entende que o gênero

Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos.

Considerando o gênero enquanto construção social, elucidam-se as identidades de gênero, em que perpassa a autoidentificação do sujeito independente do sexo biológico. Nesse âmbito, “identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico.” (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+, 2018, p. 25). Assim, evidenciam-se duas identidades de gênero: cisgêneras e transgêneras.

Cisgêneras são as pessoas que possuem uma identidade de gênero correspondente ao sexo biológico. Um homem é cisgênero se seu sexo biológico e sua identidade de gênero forem masculinas, independentemente da orientação sexual que tenha, homossexual ou heterossexual. Ou seja, há homens e mulheres cisgêneras homossexuais, heterossexuais e bissexuais. (MPF, 2017, p. 14)

Transgêneras é a expressão “guarda-chuva” utilizada para designar as pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente daquela correspondente ao sexo biológico. Há transgêneros heterossexuais, bissexuais e homossexuais. Neste último caso, a orientação sexual da pessoa transgênera é dirigida para alguém com a mesma identidade de gênero, mas de sexo biológico diferente. (MPF, 2017, p. 14)

Nessa perspectiva, gênero e sexualidade são expressões sociais que atravessam sujeitos a partir do âmbito histórico e cultural por um padrão sexual – heterossexual – e uma identidade de gênero – cisgênero – previamente definidos enquanto modelo social a fim de reproduzir as necessidades da sociedade capitalista culminado pela divisão sexual do trabalho galgada pela reprodução e pela propriedade privada, na perspectiva do controle econômico, social e sexual. (NOGUEIRA, *et al.*, 2020).

Conforme o exposto, o MST, ao desenvolver o debate da diversidade sexual e da identidade de gênero a partir da perspectiva da pluralidade de sujeitos que compõem o Movimento, entende que “assumir uma identidade de gênero e uma orientação sexual diferentes daquelas impostas pela sociedade capitalista é um ato político, na medida em que

confronta a ordem social estabelecida.” (MST, 2018, p. 12) Nesse sentido, além de se entender enquanto sujeito LGBT, faz-se necessário se identificar enquanto sujeito LGBT, visto que, expressões de gênero e de sexualidade dissidentes a ordem vigente, existem e são legítimas.

4.2 LGBTfobia: controle da diversidade sexual e de gênero

A orientação sexual constituída pela diversidade entre gays, lésbicas e bissexuais e a identidade de gênero acentuada por sujeitos transexuais e travestis, é marcada pela histórica invisibilidade aos sujeitos LGBT a partir da imposição da heterossexualidade. Nessa perspectiva, relações homoafetivas e sujeitos transgêneros são entendidos enquanto subversão das concepções tradicionais – pautadas pela heterossexualidade – da normativa sexual e de gênero. Nesse sentido, a lógica heterossexista é inexorável da lógica do capital, pois a partir da reprodução biológica se garante a divisão sexual do trabalho e a reprodução humana a fim de assegurar a manutenção da força de trabalho gerando mão de obra enquanto uma engrenagem ao capitalismo. Desse modo, a partir do controle da sexualidade e do gênero, através do heterossexismo, se exclui a diversidade culminando na homofobia. (NOGUEIRA, et al., 2020)

Na perspectiva em questão, a diversidade sexual é entendida enquanto desvio, logo, “ao subverter as concepções de gênero na reprodução social, todas as pessoas que não se encaixam na normativa sexual passarão a ser vistas como uma ameaça, e serão definidas, então, como transgressoras da ordem natural da humanidade.”. (ASSUNÇÃO, 2020, p. 69)

Nesse sentido, a fim de legitimar o controle e corroborar para a ascensão do preconceito em relação à diversidade sexual e de gênero, além do patriarcado galgado pelo capitalismo, a Igreja e a Medicina também constituíram papéis que corroboraram para a compreensão da homossexualidade enquanto desvio, visto que a Igreja Católica Apostólica Romana fundamentou o controle da sexualidade através do pecado a partir da imoralidade no âmbito da diversidade sexual e, além disso, aponta-se como outra forma de controle desenvolvida pela Igreja “uma série de mecanismos para vigiar e sujeitar o sexo e a

sexualidade ao seu controle, a exemplo das confissões, do matrimônio religioso e do celibato.”. (ASSUNÇÃO, 2020, p. 72).

Em complementaridade, sob a perspectiva da Medicina, Assunção (2020) aponta que a ciência em questão, fundamentou a invisibilidade e fomentou o preconceito perante os sujeitos LGBT patologizando a diversidade sexual enquanto doença, “por conta disso, gays, lésbicas, travestis e transexuais foram submetidos(as) a ‘tratamento’ invasivos, por meio de eletrochoques, ou internados(as) em hospícios e casas de reabilitação. (ASSUNÇÃO, 2020, p. 74) A partir do exposto, torna-se evidente o controle da sexualidade e a expressão do preconceito a corpos LGBT, considerando que a homossexualidade foi classificada enquanto doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) até 1990 e a transexualidade só saiu da listagem de doenças¹⁷ em 2018.

À vista disso, Costa; Nardi (2015, p. 716) apontam que “o termo homofobia tem sido amplamente utilizado para a conceituação da violência e discriminação contra indivíduos que apresentam orientação sexual diferente da identidade de gênero”, entretanto, a partir da construção do Movimento LGBT galgada pela constituição da identidade inicial do Movimento formada majoritariamente por gays, Junqueira (2009, p. 374) aponta que “é preciso admitir que existe o risco de se falar quase que exclusivamente de gays quando se aborda os tema da homossexualidade e da homofobia”. Nesse sentido, adota-se o termo LGBTfobia como expressão do preconceito à diversidade sexual e de gênero.

Sob tal cenário, na perspectiva de se avançar no reconhecimento da diversidade sexual, Almeida; Heilborn (2008) enfatizam o papel dos Movimentos Sociais galgado pela pauta da diversidade sexual frente a compreensão da sexualidade e da homossexualidade, em que a partir de lutas sociais, foi possível corroborar para que nos anos 1990 a homossexualidade saísse da lista de doenças da OMS. Nesse cenário, a partir da despatologização da diversidade sexual, faz-se necessário analisar o termo “fobia” enquanto designação do preconceito a sujeitos LGBT. Diante dessa perspectiva, Costa; Nardi (2015, p. 718) mencionam que

17 Homossexualidade e transexualidade fora considerada enquanto doença pela OMS. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/>>

Se o preconceito fosse considerado uma resposta incontrolável, o/a homofóbico/a tenderia a ser visto/a menos como agressor/a e mais como vítima dos/as homossexuais (que para resolver o problema, deveriam permanecer ocultos/as, se não deixar de existir). Ou seja, a ideia de homofobia faria com que o ônus do preconceito recaísse sobre a vítima (os/as homossexuais) e não sobre o/a agressor/a.

Dessa forma, a LGBTfobia não é uma doença e sim um preconceito em relação à expressão da sexualidade e ou identidade de gênero de sujeitos LGBT. Além disso, no âmbito da constituição da identidade LGBT e da luta por direitos sociais, ressalta-se que além da despatologização da homossexualidade, houve outros avanços na busca por direitos sociais e, conseqüentemente, a visibilidade a sujeitos LGBT. Segundo Green *et al.* (2018), retratam que o ano de 2018 marca quatro décadas de organização por direitos em prol da comunidade LGBT no Brasil, sendo o ano de 1988 fundamental para história do Movimento LGBT frente ao contexto de redemocratização do país, considerando que

Desde então, o movimento homossexual tornou-se LGBT, sofrendo diversas transformações e contribuindo também para promover importantes mudanças na sociedade e no Estado brasileiro. Proliferam-se os coletivos e grupos organizados, diversificaram-se as identidades, aumentaram as tensões internas, multiplicaram-se as formas de luta, conquistaram-se direitos, construíram-se políticas públicas, travaram-se diálogos com outros atores políticos, realizaram-se os maiores atos de rua desde as Diretas Já com as Paradas do Orgulho LGBT e ocuparam-se as redes sociais e as tecnologias com novos ativismos. (Green, *et al.*, 2018, p. 11)

Frente a tal cenário, Nogueira; Pereira; Toitio (2020) apontam a atuação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) enquanto força de atuação articulada ao Estado a fim de desenvolver conquistas sociais. Nesse âmbito, aponta-se que a partir de diálogos com a ABGLT, foi desenvolvido o programa “Brasil sem homofobia” sendo o primeiro no âmbito de políticas públicas, além de Conferências Nacionais, elaboração de estratégias como o “I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Lançado em 2009, o plano tinha como objetivo elencar as ações que o governo executivo deveria desenvolver para atender às necessidades e direitos da população envolvida.”. (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020 p. 139) Soma-se a isso, as organizações e militantes em prol da diversidade sexual e de gênero continuaram

crecendo, a exemplo do desenvolvimento da Parada do Orgulho¹⁸ LGBT no Brasil realizada com tanto afinho em São Paulo.

Nessa perspectiva, no mandato seguinte, contemplando o período de 2011 a 2016, marcado pela ex-presidenta Dilma Rousseff, o desenvolvimento das políticas públicas em prol da comunidade LGBT foi marcada pela aprovação da união civil entre indivíduos do mesmo sexo, entretanto, o crescimento de tais políticas públicas, acentuou o conservadorismo no Congresso Nacional, culminando no cancelamento de projetos contra a homofobia no Brasil, o que acentuou a LGBTfobia, popularizando a partir da ala conservadora do Congresso, o projeto de lei tratando a homossexualidade como doença ao propor a “cura gay”. Frente ao cenário, em 2014 o governo progressista perde cada vez mais força se encaminhando para o Golpe de 2016. Com isso, forças conservadoras foram adquirindo mais força e popularidade. (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020)

Entretanto, ressalta-se que embora a população LGBT tenha tido avanços no âmbito das políticas públicas e da aceitação, “como a possibilidade de alteração no nome social das pessoas trans direto no cartório, em 2018, e a criminalização da LGBTfobia, em 2019” (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020, p. 141), o conservadorismo histórico no Brasil marcado pelo machismo, capitalismo e fundamentado pelo Estado, Igreja e pela Medicina - a exemplo da despatologização da transexualidade¹⁹ pela OMS ter sido efetivada no ano de 2018 - aponta-se que há uma falta de dados estatísticos sob a perspectiva nacional a par da população LGBT, onde o próprio IBGE não compreende a classificação a partir da sexualidade, o que culmina, além do preconceito e da negação histórica a sujeitos LBGT, na maior invisibilidade, visto que “essas informações são imprescindíveis não somente para conhecer o perfil desta população, mas sobretudo levantar as duas necessidades e desenvolver políticas públicas eficazes.”. (CARVALHO; BARRETO, 2021, p. 4060)

18 Crescimento da Parada do Orgulho LGBT vai para o Guinness Book. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2019/06/23/parada-do-orgulho-lgbt-de-sao-paulo-comecou-em-1997-e-esta-no-guinness/>>

19 Despatologização da transexualidade pela OMS em 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>>

4.3 LGBTfobia: a expressão do preconceito em dados no Brasil

A partir da urgência de dados sobre a diversidade sexual e de gênero no Brasil, considerando a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a cidadania a sujeitos LGBT no Brasil e que tais dados não são desenvolvidos sob responsabilidade federativa, a “Pesquisa Nacional por amostra da população LGBTI+: identidade e perfil sociodemográfico” sob desenvolvimento da ONG TODXS, alerta que a maior parte dos dados a respeito da população LGBT foi desenvolvida por organizações não governamentais. À vista disso, acredita-se que

O apagamento desta população através do censo contribui para aumentar ainda mais a violência. Quando o Estado não reconhece a existência destes corpos, deixando fora da coleta de dados, acaba negando políticas públicas e afirmativas para o acesso aos direitos fundamentais e, conseqüentemente aos status de humanidade e cidadania. (ONG TODXS, 2020, p. 9)

Nesse sentido, no âmbito da espacialização, a pesquisa em questão, a partir da amostra de sujeitos LGBT por estados brasileiros, constatou que a região sudeste engloba 42,68% de todos os sujeitos LGBT do Brasil, sendo crucial o desenvolvimento de medidas de segurança e direitos a corpos LGBT, haja vista, como apontado no capítulo 1, a região sudeste como a mais violenta para mulheres lésbicas. No âmbito da invisibilidade, a pesquisa sob desenvolvimento da ONG TODXS, aponta ainda que, ao longo da formação básica 67,28% dos participantes, se esconderam ou disfarçaram ser LGBT, justamente por conta da LGBTfobia que exclui, oculta e assassina sujeitos LBGT diariamente no Brasil, o que contribui para negação de si culminando na invisibilidade da diversidade sexual e de gênero.

Os assassinatos a corpos dissidentes ou suicídios, conforme relatório desenvolvido pelo Grupo Gay da Bahia em 2018, intitulado “População LGBT morta no Brasil”, ocorrem a cada 20 horas no Brasil, o que caracterizou como o país com maior número de crimes contra sujeitos LGBT do mundo. Em complementaridade, o Atlas da Violência, sob desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta a necessidade de produção, sistematização e publicação de dados sobre a diversidade sexual e de gênero a fim de compreender os indicadores sobre sujeitos LGBT, por conseguinte, constatou sobre a violência em decorrência da LGBTfobia no âmbito da lesão corporal, homicídios e tentativas de homicídios de 2011 a 2019. A partir de então, evidencia-se o último ano da constatação de

dados, 2019, com 833 denúncias de violência, o que equivale que a cada 24 horas no Brasil, duas pessoas LGBT, em média, são violentadas.

Soma-se a análise da LGBTfobia, o relatório de 2020 do Grupo Gay da Bahia, intitulado como “Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil” que busca apresentar “um esforço coletivo e intencional de evidenciar as diferentes questões que envolvem a violência e os processos de violação que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos e demais variações biológicas de sexo, identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas (LGBTI+) sofrem cotidianamente por fugirem de um padrão socialmente imposto e referenciado a partir da heteronormatividade, binariedade e cisnormatividade. (OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL, 2020, p. 9)

Nesse sentido, a partir da análise de mortes de sujeitos LGBT, por ano, motivadas pela LGBTfobia, em 2020 foram registradas 237 mortes ao ano, o que evidencia a diminuição em relação aos dois últimos anos, em que foram registradas 329 vítimas em 2019 e 420 em 2018, entretanto

Apesar da redução quantitativa, ressalte-se que não existem motivos reais e factíveis para se comemorar, a redução no número de mortes motivadas pela LGBTIfobia não se deu pelo incentivo do Estado na promoção de políticas públicas de inclusão e proteção desse segmento, mas sim, por uma oscilação numérica imponderável e pela enorme subnotificação identificada durante as buscas, pesquisas e registros e também pelo desmonte – a partir de 2018 – dos investimentos em políticas públicas, campanhas de incentivo à denúncia e proteção às vítimas. (OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL, 2020, p. 10)

Além disso, a diminuição de dados diz respeito, também, a subnotificação desencadeada pela pandemia de Covid-19 que teve início justamente no ano de 2020, o que acentuou o isolamento de sujeitos LGBT. Então, elucida-se que apesar da redução de dados, não há motivos para comemoração, visto que a LGBTfobia ainda é uma marca presente em corpos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e quaisquer outra forma de orientação sexual ou identidade de gênero, o que culmina na necessária resistência pelo direito à vida. (OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL, 2020)

Nesse sentido, a luta social em prol da comunidade LGBT perpassa uma luta diária na busca pelo livre direito de expressão da sexualidade e da identidade de gênero considerando

as diversas formas de se viver e amar, visto que a resistência LGBT busca o reconhecimento de diferentes expressões identitárias.

4.4 LGBTfobia no MST: cercas que nos impedem de viver e amar

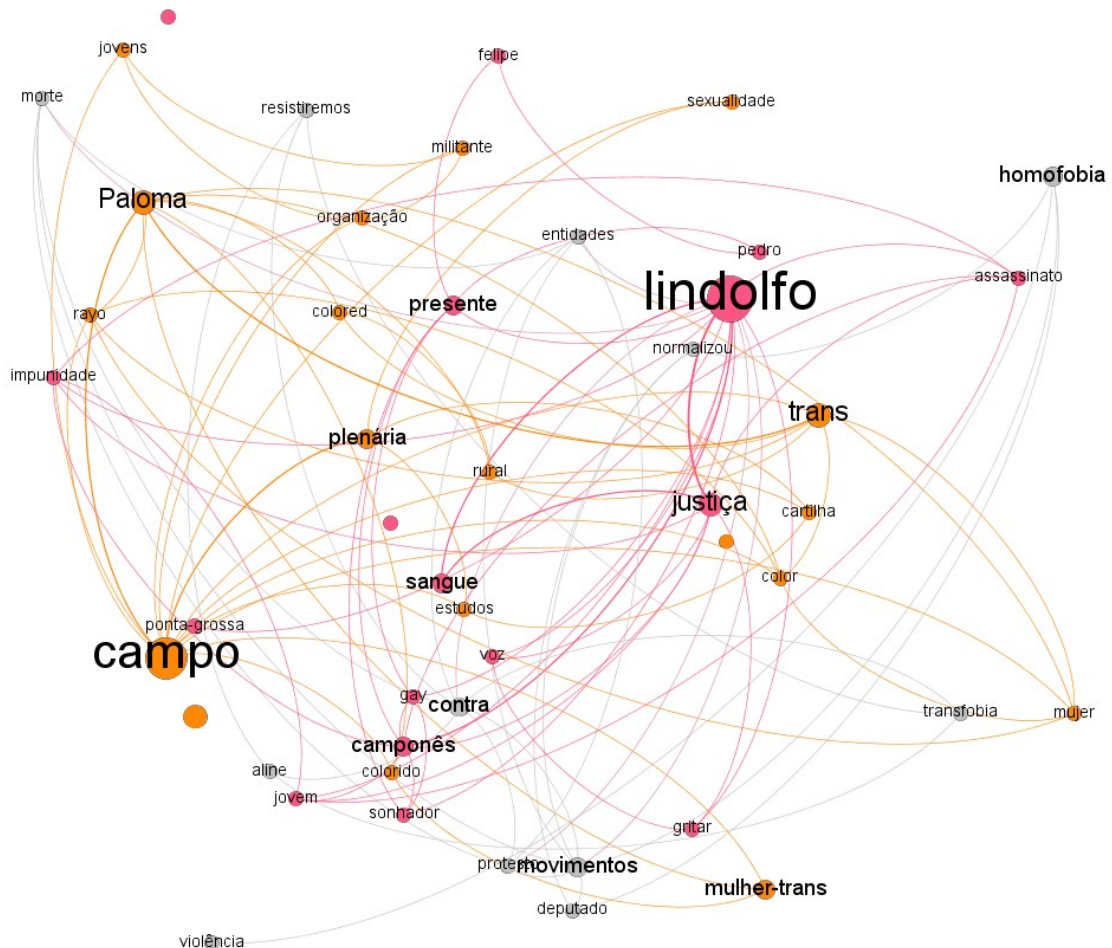
O MST, enquanto Movimento composto por trabalhadores e trabalhadoras em prol do direito à terra, lutam também por direitos humanos fundamentais, sendo necessário somar a luta pela terra a luta contra o patriarcado, que perpassa as relações no campo através do machismo, do sexismo, do racismo e da LGBTfobia. À vista disso, a partir da realidade camponesa, o preconceito à diversidade sexual e de gênero é instituído culturalmente através do conservadorismo e da influência da religiosidade reacionária. Esse cenário caracteriza a dificuldade de ser lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual no campo e assumir a identidade LGBT, visto que, sob a lógica conservadora pautada no fundamentalismo religioso, qualquer orientação sexual e identidade de gênero divergente da normativa cisheterossexual, é entendida enquanto negação “divina”. (MST, 2018)

Nessa perspectiva, a partir da contribuição de Penélope, mulher lésbica e integrante do Coletivo LGBT Sem Terra - RJ, entende-se que a LGBTfobia se faz presente no campo, visto que

“O Movimento é o espelho da própria sociedade, né? O que a gente tem aí são pessoas que não estão fora da sociedade, então a gente ainda tem o patriarcado muito forte, a gente tem o machismo, a gente ainda tem a LGBTfobia.”. (Penélope, lésbica, militante LGBT Sem Terra - RJ)

Tal evidência é acentuada ainda nas denúncias através do site do MST sobre o assassinato de integrantes do Coletivo LGBT Sem Terra compreendendo a análise a partir da Rede semântica: expressões das notícias LGBT Sem Terra, em que percebe-se uma articulação entre nomes próprios, a exemplo de “Lindolfo” e “Paloma” a partir da articulação com as palavras “justiça”, “homofobia”, “campo” e “trans”, a ser visualizada a partir da articulação entre grafos sobre a LGBTfobia no campo conforme figura 13.

Figura 13: Rede de Grafos LGBTfobia no campo



Fonte: Autoria própria.

À vista disso, em detrimento das análises entre as 70 publicações de 2015 a 2021 sobre sujeitos LGBT no MST a partir da constituição do Coletivo LGBT Sem Terra, elucida-se que 20 delas envolvem diretamente denúncias de assassinatos ou ações contra opressões e LGBTfobia, o que corresponde a 28,57% de publicações. Nessa perspectiva, a LGBTfobia perpassa corpos dissidentes pela orientação sexual contra-hegemônica ou pela identidade de

gênero diferente do sexo biológico, visto a relação entre a busca por justiça e sujeitos LGBT evidenciadas a partir dos grafos de redes.

Nesse sentido, através da análise, evidencia-se Lindolfo, Pedro Felipe e Aline — jovens LGBT Sem Terra — como marcas de assassinatos resultantes da LGBTfobia no campo, além do preconceito marcado pela transfobia e a necessidade de se reafirmar enquanto sujeito LGBT Sem Terra digna de viver e lutar por justiça social, a exemplo de Paloma — mulher trans integrante do Coletivo LGBT Sem Terra que aponta o medo de ir a rua e ser assassinada em detrimento da transfobia.

Lindolfo, jovem, camponês, gay, sonhador, professor, mestrando, candidato a vereador, assassinado vítima da LGBTfobia em 1º de maio de 2021, vítima de dois tiros, além de ter seu corpo carbonizado, enquanto expressão da violência desencadeada pelo preconceito galgado pelo machismo e patriarcado. Pedro Felipe, morto em 10 de julho de 2021, estudante, camponês, gay, militante LGBT, preto, vítima da sociedade galgada pela exploração, homofobia e racismo. Aline, travesti, vítima da transfobia em 19 de agosto de 2019 foi assassinada por uma facada em detrimento de sua identidade de gênero. (MST, 2021) À vista dos casos reconhecidos de LGBTfobia no MST e dos casos existentes, porém não divulgados em detrimento da invisibilidade, faz-se necessária a luta contra LGBTfobia.

Considerando a urgência por justiça perante a LGBTfobia, o MST a partir do desenvolvimento do estudo sobre diversidade sexual e de gênero, entende que “a luta contra toda forma de exploração e opressão é uma tarefa da classe trabalhadora que, para além de se enxergar como classe, é preciso que se enxergue como sujeito, que precisa se libertar da exploração econômica, sexual e ideológica.”. (MST, 2018, p. 21) Nesse sentido, a partir de estudos através do desenvolvimento de plenárias e demais instâncias organizativas do MST sob desenvolvimento do Coletivo LGBT Sem Terra, acredita-se que

Essa luta não está apenas no campo da afirmação das identidades, pelo contrário, o debate da sexualidade está diretamente ligado à emancipação humana, às construções sociais que projetam a forma de viver e amar, de entender o amor, ligada à condição do trabalho e de acesso ao mesmo, e à participação política na organização. (MST, 2018, p. 22)

Nesse âmbito, o Coletivo perpassa a constituição de um grupo historicamente negado e invisibilizado pelas cercas do machismo e do patriarcado. Entretanto, o MST (2018, p. 22) acredita que “assim como rompemos com as cercas do latifúndio que concentram a terra, o

poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar.”. Nesse sentido, perante a LGBTfobia no campo, o caminho de combate ao preconceito, se encontra em desenvolvimento com a constituição organizativa dos sujeitos LGBT Sem Terra, se compondo enquanto Coletivo e perpassando os Setores e demais instâncias do MST, a fim de expressarem a territorialidade-identidade LGBT em diferentes espaços.

No entanto, apesar da afirmação do Coletivo enquanto representatividade da comunidade LGBT, sendo o campo um reflexo da sociedade, acentuado pelo conservadorismo religioso, a afirmação da diversidade sexual e de gênero e a reafirmação do respeito a corpos LGBT fazem-se necessária, pois “a luta permanente no combate à violência em suas mais distintas manifestações, seja física, verbal, psicológica, onde a agressão é a manifestação mais degradante da intolerância e do preconceito.”. (MST, 2018, p. 23-24)

Nessa ótica, João, militante gays do MST, aponta que é preciso se colocar e se recolocar no MST enquanto sujeito LGBT Sem Terra.

Aqui no estado do Rio de Janeiro a gente já teve atividade da gente colocar uma bandeira, a bandeira do arco íris, no qual a gente se sente representado, isso bem no início da nossa auto organicidade, da gente ir numa reunião e voltar e a bandeira num tá mais lá, sabe? Então a gente sentia que (...) a gente ainda tava sofrendo uma opressão dentro do próprio MST e com o passar dos anos, a gente se colocando, a gente vê militante, muito antigo, que tinha o pensamento conservador abraçando essa causa. (João Lucas, gay, militante LGBT Sem Terra - RJ)

Dessa forma, entende-se que a LGBTfobia se faz presente onde há o reflexo do machismo e do capitalismo, principalmente sob a perspectiva de controle da sexualidade a fins reprodutivos e, no âmbito do gênero a partir do controle ao corpo da mulher juntamente da abominação a corpos trans. Todavia, através do aprofundamento do debate da diversidade sexual e de gênero em espaços do MST, além das conquistas sociais no âmbito das políticas públicas que asseguram a criminalização da LGBTfobia, a identidade LGBT se fortalece fazendo-se presente em todas as esferas sociais buscando relações livre de opressões a fim de romper com o machismo, patriarcado e capitalismo galgando uma sociedade antiLGBTfobica. (MST, 2018)

Frente a trajetória do MST, através do Coletivo LGBT Sem Terra, em prol da diversidade sexual e de gênero, acredita-se que “a luta para o reconhecimento e respeito à

orientação sexual e identidade de gênero não pode ser colocada apenas como uma questão tática e efêmera, deve ser entendida como estrutural, estratégica.”. (MST, 2018, p. 26)

O Coletivo atua de maneira intersetorial buscando o fortalecimento contra LGBTfobia e ampliação do debate do respeito a partir da diversidade sexual e de gênero através da aproximação com as pluralidades de identidades constituintes do Movimento. Nessa perspectiva, frente ao preconceito que perpassa a diversidade sexual de gênero, “hasteemos a bandeira colorida, então, e teçamos a nossa liberdade.”. (MST, 2018, p. 26)

4.5 LGBT fora do Armário: “malditas sejam todas as cercas que nos privam de viver e de amar”

Frente a realidade da LGBTfobia enquanto preconceito a partir da negação da existência de sujeitos LGBT, a constituição da identidade organizativa através do Coletivo LGBT Sem Terra busca reconhecimento de seu direito de existir a partir do enfrentamento de todo tipo de discriminação a corpos LGBT, perpassando classe, gênero, raça e sexualidade a fim de romper com as cercas – os armários – existentes na realidade da diversidade sexual e de gênero. Nessa ótica, Facchini; Rodrigues (2018, p. 244) apontam a necessidade de “implementar políticas públicas de enfrentamento da desigualdade social e afirmação de direitos de grupos historicamente discriminados” a fim de enfrentar a LGBTfobia.

Desse modo, entende-se a LGBTfobia enquanto um preconceito constituído por violência, ao tratar a “violência como ruptura de qualquer forma de integridade: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.”. (SAFFIOTI, 2015, p. 18) Dessa maneira, ao considerar o patriarcado um regime de dominação-exploração controlador do gênero e da sexualidade, ressalta-se a indissociabilidade entre poder e patriarcado. Nessa perspectiva, Saffioti (2015) menciona que o poder possui duas faces: potência e impotência. Em detrimento disso, a violência ocorre sob efeito da impotência buscando manter a potência assegurada pelo poder patriarcal, machista, capitalista, racista e LGBTfobico, visto que a violência contra a diversidade sexual e de gênero deriva do privilégio masculino, branco e (cis)heterossexual.

Isto posto, considera-se que “romper o silêncio se faz necessário para permanecermos vivos” (MST, 2018, p. 35) visto que a identidade LGBT passa por uma constante ameaça.

Nessa perspectiva, Green et al., (2018, p. 11) advoga que “a mera existência pública de corpos e de desejos contrários às normas-padrão de gênero e de sexualidade sempre foi um ato político de maior grandeza”, o que fundamenta a importância da visibilidade LGBT a partir da constituição identitária enquanto luta coletiva em organizações representativas, a exemplo do MST.

Nesse ínterim, frente a LGBTfobia como um fato, faz-se necessário romper com o preconceito na busca pela constituição de liberdade considerando que “uma sociedade que não defende os mais íntimos direitos ao prazer é uma sociedade que pode facilmente torna-se autoritária, burocrática e, por último, reacionária” (GREEN, 2003, p. 38-39). Dessa forma, frente às emergências de direitos sociais básicos, galgado pelo contexto de ascensão ao conservadorismo no Brasil e no mundo, a luta pela diversidade sexual e de gênero e contra LGBTfobia, constitui as demais lutas existentes pelo direito à democracia, por Reforma Agrária Popular e por transformações sociais. A luta pela diversidade é a luta contra as desigualdades visto que o desigual perpassa a fonte de conflitos sociais e a diversidade constitui identidades. (SAFFIOTI, 2015)

A partir da diversidade sexual e de gênero, a existência e a constituição da territorialidade LGBT perpassa a expressão política da vida através da identidade LGBT. Nesse sentido, destaca-se a partir de Cordeiro (2019, p. 68) que

É importante entender que assim como é preciso romper as cercas, compreendidas aqui para além do arame, é necessário também combater o latifúndio para além da propriedade da terra concentrada e improdutiva. Pensar em combater o latifúndio para além da propriedade da terra concentrada e improdutiva. Pensar em combater o latifúndio é construir um entendimento de que não se muda uma sociedade somente atingindo o seu fundamento, neste caso a propriedade da terra. Se muda uma sociedade combatendo a propriedade, mas também mudando a forma de se relacionar com a terra e com outros seres humanos.

Nesse contexto, evidencia-se que a fim de romper com as cercas que privam a expressão LGBT, a luta pela terra se apresenta enquanto indissociável da liberdade, a fim de combater a propriedade privada no âmbito da relação com a terra e das relações desenvolvidas a partir da terra. Diante disso, Izabel, – integrante do Setor de Educação do MST do Paraná – através do documentário “LGBT Sem Terra: o amor faz revolução”, destaca que

O ponto de partida pode ser de repente a gente discutindo o que é o amor. Que que é amor para nós? A sociedade diz que quem tem vagina é mulher e

quem tem pênis é homem, mas e se eu não me sinto assim, e daí? Como é que é? Eu me sinto diferente, eu posso viver isso, é humano isso? ou não é humano? a sociedade diz que é natural a gente se apaixonar, um homem se apaixonar por mulher, a mulher se apaixonar por um homem. Mas de repente a menina se descobre gostando de outra menina, o menino se descobre gostando de outro menino, e daí? O que isso tem de mau? (Izabel Grein, 2020, LGBT Sem Terra: O Amor Faz Revolução)

Em face do exposto, considera-se o amor como ponto fundamental na luta contra LGBTfobia, pois abarcar a liberdade de amar a partir da diversidade sexual e de gênero perpassa consciência política, além de consciência de classe, gênero, raça e sexualidade, visto que o preconceito se expressa de forma mais evidente a partir de tais indicadores sociais. Nesse âmbito, acredita-se que para romper com as cercas e assegurar a liberdade de viver e amar “não se separa a luta pela terra do modelo de sociedade que se busca construir, como não se separa gênero de opressão de classe e do capitalismo.”. (CORDEIRO, 2019, p. 76)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a formação do Coletivo LGBT Sem Terra em consonância com a ampliação do debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero, corroborou para o desenvolvimento da análise acerca da territorialidade de sujeitos Sem Terra e de sujeitos LGBT Sem Terra. Em detrimento disso, pode-se entender como as questões envoltas da vivência LGBT são indissociáveis do sujeito enquanto ser social, visto que a identidade Sem Terra não é separada da identidade LGBT Sem Terra quando se é um militante LGBT.

Frente ao processo de constituição da identidade LGBT Sem Terra, ao analisar o MST enquanto movimento socioterritorial, pode-se desenvolver o entendimento da territorialidade-identidade LGBT Sem Terra desencadeada por meio do processo de territorialização do Coletivo no interior do Movimento. Nesse sentido, o trabalho em questão envolve a formação de consciência acerca do debate sobre gênero e diversidade sexual no interior do MST desencadeado pelo Coletivo, constituindo uma das premissas básicas do Movimento, que ao lutar pela busca por transformações sociais, inclui a diversidade sexual e de gênero.

O debate de gênero no MST, de modo inicial, constitui a formação do Setor de Gênero na década de 1990, já o debate da diversidade sexual por meio de sujeitos LGBT se oficializa a partir de 2015. Nesse cenário, através das entrevistas, pode-se compreender que mesmo a constituição do Coletivo sendo formada após 31 anos de atividade do Movimento, sujeitos LGBT sempre se fizeram presentes na luta camponesa, porém em outros espaços organizativos do MST, visto que até então, não se tinha constituído a territorialidade LGBT Sem Terra.

Além disso, através das entrevistas com o desenvolvimento da análise de conteúdo acerca das notícias LGBT Sem Terra no site do MST, pode-se compreender que a formação do Coletivo LGBT Sem Terra acentuou o debate da diversidade sexual e de gênero no MST culminando na formação de microterritórios LGBT no interior do Movimento através do processo de territorialização, assegurando maior visibilidade e direito de ser LGBT sem deixar de ser um sujeito Sem Terra. Aponta-se, nesse sentido, que a visibilidade é a ferramenta contra a LGBTfobia acentuada pelo machismo e pelo patriarcado, que invisibiliza e exclui a pluralidade de sujeitos LGBT no MST.

Em detrimento disso, pensa-se a formação do Coletivo enquanto organização pelo direito a vida de sujeitos LGBT enquanto ferramenta fundamental para o desenvolvimento das transformações sociais, a começar no interior do Movimento. Nesse sentido, sendo o MST entendido enquanto um movimento socioterritorial, o debate da territorialidade-identidade LGBT Sem Terra se apresenta como forma de enfrentamento ao sistema patriarcal-capitalista. Sendo necessário, desenvolver o debate da diversidade sexual e de gênero não só no Coletivo LGBT Sem Terra, mas que seja possível territorializar a identidade plural por todo Movimento.

A discussão sobre sujeitos LGBT, para além do direito de amar e se relacionar de forma livre, perpassa também o ser LGBT social, enquanto agente político, dotado de direitos. À vista disso, o estudo através do Coletivo LGBT Sem Terra permite identificar sujeitos para além de representações em “letras” ou “números”, mas enquanto sujeitos sociais livres para se expressar, para casar, para estudar, para ser e existir. A compreensão da diversidade e sexual e de gênero por meio do MST, corrobora, inclusive, para romper com cercas no interior do Movimento.

Nessa ótica, frente aos desafios marcados pela invisibilidade LGBT expressos frente a necessidade de se reafirmar para ser reconhecido, aponta-se justamente que a falta de reconhecimento implica na falta de referências e dados sobre sujeitos LGBT Sem Terra. Entretanto, esse debate, apesar de não iniciar aqui e ainda ser recente na ciência geográfica, contribui para o reconhecimento da diversidade sexual de sujeitos enquanto indissociáveis da análise do desenvolvimento territorial, visto que, o território é constituído por relações, que são inexoráveis aos marcadores de classe, gênero, raça e sexualidade.

Dessa maneira, além do trabalho contribuir para análise da diversidade sexual e de gênero a partir da ótica geográfica desenvolvida no MST enquanto movimento socioterritorial, fundamentando a visibilidade LGBT e corroborando para o rompimento de cercas que nos impedem de produzir, existir, ser e amar enquanto sujeitos LGBT Sem Terra, entende-se que, se faz necessário a manutenção da pesquisa, a fim de que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e todas formas contra-hegemônicas de ser e amar, não voltem o armário e não se privem a cercas.

Para não terminar, permito-me avançar nas questões expostas, buscando corroborar para o desenvolvimento acerca da diversidade sexual e de gênero na ciência geográfica por

meio da Geografia Agrária, Geografia e Gênero e Geografia das Sexualidades, articulando com os espaços-territórios e as territorialidades-identidades na formação de Movimentos e Coletivos, enquanto possibilidade de compreender os lugares visíveis e invisíveis na vida de sujeitos LGBT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria L. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, 2008.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, p. 49-86, 2009.
- ASSUNÇÃO, Iuri. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In. NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-84.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOGO, Ademar; BOGO, Maria. Processos formativos do MST: desafios e limites históricos. **Revista Trabalho Necessário**, n. 33, v. 17, p. 85-109, mai./ago. 2019.
- CARVALHO, Angelita; BARRETO, Rafael. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019? **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4059-4064, 2021.
- CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo; ROSSONI, Roger. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 - 2019). **Revista Nera**, n. 55, v. 23, p. 138-164, set./dez., 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Sabotagem, 1980.
- COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORDEIRO, Agnaldo. **A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Curitiba, PR, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná.
- COSTA, Ângelo; NARDI, Henrique. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 715-725, 2015.

DINIZ, Rozeane. Chica Bananinha, a sapatão barbuda de lá da Paraíba: quando Sapatão é “Revolução”. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, 2021.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do Movimento LGBT e conjuntura atual. In. NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262

FERNANDES, Bernardo M. **Entrando nos territórios do Território**. UNESP, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. **Revista Nera**, n, 1, p. 1-14, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo M. O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. **Boletim DATALUTA**, dez./2008.

FILETO, V. **Colorindo a luta pela terra: espacialidades LBGT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro**. Uberlândia, MG, 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia.

FILHO, José; FONTES, Rosa. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 4, n.7, p. 63-84, jul./dez. 2009.

GGB, Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018**. 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>

GGB, Grupo Gay da Bahia. **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020**. Florianópolis: Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-356, maio-ago. 2011.

GOMES, Paulo Cesar. **O lugar do olhar**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

GREEN, James *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, p. 17-39, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In. SAQUET, M.; SPOSITO, E (orgs). **Territórios e territorialidades**, 2015. p. 91-118.

JAEGERMANN, Z. **Identidade e territorialidade Sem-Terra no mundo moderno/colonial do Recôncavo da Bahia**: Assentamento de Reforma Agrária Eldorado (Município de Santo Amaro/BA). Cachoeira, BA, 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. In. NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289- 313.

MEDEIROS, Leonilde. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: **Revista Fase**, 1989.

MEDEIROS, Rosa. Território, espaços de identidade. In. SAQUET, Marco Aurélio.; SPOSITO, E (orgs). **Territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 215-226.

MOREIRA, Jorgeanny. **Do movimento social à festa: as microterritorialidades festivas e efêmeras da para LGBT em Goiânia Goiás**. Goiânia, 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Goiás.

MPF, Ministério Público Federal. **O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislação**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MPeDireitosLGBT.pdf>>

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Diversidade Sexual no MST: elementos para o debate**. São Paulo, 2018.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais. **LGBT Sem Terra: o amor faz revolução**. 2020. (12m02s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>. Acesso em: 06 ago. 2020.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br>.

NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In. NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 29-52.

ORNAT, Márcio José. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR**, 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa [p 19-36.]

PEDON, Nelson; MONTEIRO, Eldenilson; MOTTER, Rafael. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: teoria e um estudo de caso. In. SANTOS, D.; NETO, A.; SILVA, O (orgs). **Espacialidade e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p 117-138.

PEDON, Nelson. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Presidente Prudente, 2009. 240 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista.

PERES, Milena; SOARES, Saune; Dias, Maria. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**, p. 141-150, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **Revista GEOgrafia**, ano VIII, n, 26, p. 41-53, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagos**, n. 05, p. 17-44, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos A. Proposições para estudos territoriais. **Revista GEOgrafia**, ano VIII, v. 15, p. 71-83, 2006.

SAQUET, Marcos; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n. 31, Presidente Prudente (SP), 2009.

SILVA, Edson Armando; ALMEIDA, João Paulo Leandro de; SILVA, Joseli Maria; CAMPOS, Mayã Polo de. Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 401-425, 2017.

SILVA, Joseli; ORNAT, Marcio; JUNIOR, Alides. **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

SOBREIRO, José Filho. **Os movimentos nas redes e em redes: das manifestações internacionais ao Movimento Prudente**. Presidente Prudente, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Willians; FELICIANO, Carlos A. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBT: Uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Revista Geografia em Atos**, v. 1, n. 16, 2020.

STÉDILE, João Paulo; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

TODXS. Pesquisa Nacional por amostra da população LGBTI+: identidade e perfil sociodemográfico. 2020. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/Pesquisa%20Nacional%20Por%20Amostra%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTI%20B.2020.pdf>

Via Campesina. **Diversidade sexual e de gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo**. 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/5462/PDF_CARTILHA_LGBTI_VIA_CAMPESINA.pdf>

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista 1

- 1) Gostaríamos de conhecer você: sua idade, local que reside (município), orientação sexual e onde atua profissionalmente?
- 2) Você atua como militante do MST desde quando? O que te levou a militar dentro do movimento?
- 3) Comente conosco quando, como e qual a escala de atuação do Coletivo LGBT Sem Terra?
- 4) Gostaríamos de conhecer os motivos que te levaram a compor o Coletivo LGBT Sem Terra?
- 5) Como se dá a sua atuação e como foi o seu engajamento no Coletivo LGBT Sem Terra?
- 6) Como são as divisões dos setores dentro do Coletivo LGBT Sem Terra? E quantas pessoas estão atuando diretamente no coletivo?
- 7) Na sua opinião, quais as dificuldades internas em relação ao próprio movimento?
- 8) Como se dão as articulações do Coletivo LGBT Sem Terra no âmbito nacional e estadual?
- 9) Como ocorre a representativa das mulheres lésbicas no Coletivo LGBT Sem Terra?
- 10) Como é o debate em relação as demais representatividades LGBTQIA+ no Coletivo LGBT Sem Terra?
- 11) Há algum embate entre o Coletivo LGBT Sem Terra e demais setores do MST? Se sim, quais?
- 12) Qual a sua experiência pessoal enquanto mulher integrante do Coletivo LGBT Sem Terra?
- 13) Há alguma pessoa do Estado do Rio de Janeiro que você possa indicar para continuidade na aplicação dessa entrevista?

APÊNDICE B – Entrevista 2

- 1) Gostaríamos de conhecer você: sua idade, local que reside (município), orientação sexual e onde atua profissionalmente?
- 2) Você atua como militante do MST desde quando? O que te levou a militar dentro do movimento?
- 3) Quanto ao Coletivo LGBT Sem Terra, quais foram os motivos que levaram a se engajar nessa pauta?
- 4) Como ocorre a atuação do Coletivo LGBT Sem Terra?
- 5) Como é a relação do Coletivo LGBT Sem Terra com os outros setores do MST? E com outros coletivos?
- 6) Como são as divisões dos setores dentro do Coletivo LGBT Sem Terra? E quantas pessoas estão atuando diretamente no coletivo?
- 7) Como você entende a classificação interna entre Coletivo LGBT Sem Terra e Setor LGBT Sem Terra? Explique as diferenças.
- 8) Na sua opinião, quais as dificuldades internas em relação ao próprio movimento?
- 9) Como se dão as articulações do Coletivo LGBT Sem Terra no âmbito nacional e estadual?
- 10) Especificamente no Rio de Janeiro, como surge e como o coletivo se territorializa no estado?
- 11) Há organização nas diferentes regiões do Rio de Janeiro?
- 12) Existe relação entre o Coletivo LGBT Sem Terra e as universidades?
- 13) Qual o principal objetivo do coletivo LGBT Sem Terra frente a atuação no MST?
- 14) Como ocorre a representatividade das mulheres lésbicas no Coletivo LGBT Sem Terra?
- 15) Qual a sua experiência pessoal enquanto mulher integrante do Coletivo LGBT Sem Terra?
- 16) Você já sofreu algum preconceito por ser um sujeito LGBT no MST?

17) Há algum ponto positivo ou negativo que gostaria de compartilhar conosco sobre a sua trajetória no Coletivo LGBT Sem Terra?

18) Hoje, qual o maior desafio do coletivo LGBT Sem Terra?

19) Frente ao momento pandêmico, houve alguma organização do coletivo no modo de atuação?

20) Há alguma pessoa do Estado do Rio de Janeiro que você possa indicar para continuidade na aplicação dessa entrevista?

APÊNDICE C – Entrevista 3

- 1) Gostaríamos de conhecer você: sua idade, local que reside (município), orientação sexual e onde atua profissionalmente?
- 2) Você atua como militante do MST desde quando? O que te levou a militar dentro do movimento?
- 3) Comente sobre a escala da atuação do Coletivo LGBT Sem Terra, quando se deu e como foi o processo.
- 4) Qual a diferença você entende por Setor e por Coletivo LGBT?
- 5) Quais motivos te levaram a conhecer e compor o Coletivo LGBT Sem Terra?
- 6) Como se dá a sua atuação e como é o seu engajamento no Setor LGBT Sem Terra?
- 7) Como se dá a divisão de atividades no Coletivo LGBT Sem Terra?
- 8) Quantas pessoas estão atuando diretamente no coletivo?
- 9) Qual a relação do Setor LGBT Sem Terra com o Setor de Gênero?
- 10) Na sua opinião, quais as dificuldades internas em relação ao próprio movimento?
- 11) Como se dão as articulações do Coletivo LGBT Sem Terra no âmbito nacional e estadual?
- 12) Como ocorre a representatividade das mulheres lésbicas no Coletivo LGBT Sem Terra? Há uma frente organizativa específica das mulheres lésbicas?
- 13) Considerando o Coletivo LGBT enquanto parte do MST e integrado a outros setores, há alguma forma de organização das mulheres lésbicas?
- 14) Como é o debate em relação às demais representatividades LGBTQIA+ no Coletivo LGBT Sem Terra?
- 15) Há algum embate entre o Coletivo LGBT Sem Terra e demais setores do MST? Se sim, quais?
- 16) Qual a sua experiência pessoal enquanto integrante do Setor LGBT Sem Terra? Algo positivo e negativo.
- 17) Há alguma pessoa do Estado do Rio de Janeiro que você possa indicar para continuidade na aplicação dessa entrevista?
- 18) Há algo a mais que você gostaria de aproveitar o espaço para comentar?